

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
CAMPINAS**

PEDRO JURDI SANTOS PEREIRA

A VIVA RIO NO MINUSTAH
o Modelo de Pacificação Brasileiro

**CAMPINAS
2024**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
ESCOLA DE ECONOMIA E NEGÓCIOS
PROGRAMA DE BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
PEDRO JURDI SANTOS PEREIRA

A VIVA RIO NO MINUSTAH
o Modelo de Pacificação Brasileiro

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para a obtenção de grau de
bacharel em Relações Internacionais, pela
Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Orientador(a): Prof. Me. Bárbara Dantas Mendes
da Silva

CAMPINAS

2024

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

ESCOLA DE ECONOMIA E NEGÓCIOS

CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

PEDRO JURDI SANTOS PEREIRA

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em 14
de novembro de 2024 pela comissão examinadora:**

Prof(a). Me(a). Bárbara Dantes Mendes da Silva

Orientador e Presidente da Comissão examinadora.

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

CAMPINAS

2024

Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI
Gerador de fichas catalográficas da Universidade PUC-Campinas
Dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Jurdi, Pedro

Jundefinedv

A VIVA RIO NO MINUSTAH : o modelo de pacificação brasileiro / Pedro Jurdi. - Campinas: PUC-Campinas, 2024.

53 f.

Orientador: Bárbara Dantas Mendes da Silva.

TCC (Bacharelado em Relações Internacionais) -
Faculdade de Relações Internacionais, Escola de Economia e
Negócios, Pontifícia Universidade Católica de Campinas,
Campinas, 2024.

Inclui bibliografia.

1. MINUSTAH. 2. Viva Rio. 3. Exército Brasileiro. I. Dantas
Mendes da Silva, Bárbara. II. Pontifícia Universidade Católica
de Campinas. Escola de Economia e Negócios. Faculdade de
Relações Internacionais. III. Título.

RESUMO

Esta pesquisa faz uma análise da participação do Exército Brasileiro no MINUSTAH (Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti), bem como analisar a atuação da organização não-governamental Viva Rio em conjunto com as Forças Armadas Brasileiras no contexto da operação. Embora tenha sido uma missão militar, o MINUSTAH contou com uma ampla diversidade de atores civis e privados ao longo de seus 13 anos de existência. Neste cenário, a ONG Viva Rio foi apontada por diversos acadêmicos como um dos mais notórios atores civis e privados que fizeram parte da missão de pacificação do Haiti, se destacando por suas ações sociais voltadas à segurança pública e o combate à violência por meio da mediação de conflitos. Dessa forma, a hipótese central desta pesquisa é que a Viva Rio foi importante para a construção de um modelo de pacificação essencialmente brasileiro, que visava reduzir o caráter militar das operações de paz tradicionais e destacar os trabalhos humanitários conduzidos por entidades privadas. O envolvimento da ONG na operação pode ser compreendido como um modelo diferente de construir a paz, mas que acabou, em muitos casos, servindo mais para minimizar as controvérsias envolvendo o Exército Brasileiro no MINUSTAH.

Palavras-chave: MINUSTAH, Viva Rio, Exército Brasileiro, pacificação, militarização.

ABSTRACT

This research analyses the Brazilian Army's participation in MINUSTAH (United Nations Stabilisation Mission in Haiti), as well as the work of the non-governmental organisation Viva Rio in conjunction with the Brazilian Armed Forces in the context of the operation. Although it was a military mission, MINUSTAH relied on a wide range of civilian and private actors throughout its 13 years of existence. In this scenario, the NGO Viva Rio was singled out by several academics as one of the most notorious civil and private actors that took part in the pacification mission in Haiti, standing out for its social actions aimed at public security and combating violence through conflict mediation. Thus, the central hypothesis of this research is that Viva Rio was important in building an essentially Brazilian pacification model, which aimed to reduce the military character of traditional peace operations and emphasise the humanitarian work carried out by private entities. The NGO's involvement in the operation can be understood as a different model of peacebuilding, but one that ended up, in many cases, serving more to minimise the controversies involving the Brazilian Army in MINUSTAH.

Keywords: MINUSTAH, Viva Rio, Exército Brasileiro, militarisation, pacification.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 (Indicadores econômicos do Haiti entre as décadas de 1980 e 2010)	
.....	01
FIGURA 2 (Ajuda ao Desenvolvimento no Haiti)	18
FIGURA 3 (Taxa de Homícidio em Bel-Air)	34

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
ONU	Organização das Nações Unidas
ONG	Organização Não-Governamental
PIB	Produto Interno Bruto
DDR	Seção de Desmobilização, Desarmamento e Reintegração
EUA	Estados Unidos da América
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
BRIC	Brasil, Rússia, Índia e China
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
MNUH	Missão das Nações Unidas no Haiti
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
UNASUL	União das Nações Sul-Americanas
OEA	Organização dos Estados Americanos
CBF	Confederação Brasileira de Futebol
FIFA	Federação Internacional de Futebol Associado
OSCs	Organizações da Sociedade Civil
CSSD	Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
PNH	Polícia Nacional do Haiti
RVC	Redução da Violência Comunitária

UTC	Tempo Universal Coordenado
BB	Banco do Brasil
NCA	Norwegian Church Aid
CCP	Conselho de Construção da Paz
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MINUJUSTH	Missão das Nações Unidas para o Apoio à Justiça no Haiti

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	01
2 DA COLONIZAÇÃO AO MINUSTAH.	05
2.1 O Haiti sob a lógica pós-colonialista.....	05
2.2 Anos 1980: abertura e caos econômico.....	11
2.3 A Indústria da Ajuda: a hegemonia sob a máscara da cooperação.....	16
3 A ALTERNATIVA EMERGENTE.....	21
3.1 A Vez da América Latina.....	21
3.2 O Estabelecimento do Minustah	22
3.3 O Brasil Liderando o MINUSTAH.	24
4 O BRAÇO CIVIL DO MINUSTAH.....	29
4.1 Do Rio de Janeiro à Porto Príncipe	29
4.2 O Haiti como vitrine para a Viva Rio.....	31
4.3 O Modelo Brasileiro de Pacificação.....	37
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS.....	47

1. INTRODUÇÃO

Carregando o infeliz título de “País mais pobre das Américas”, a República do Haiti lida com sérios problemas relacionados à miséria, baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), alta criminalidade, localização geográfica favorável a desastres naturais e sucessivos golpes de Estados desde sua concepção. Tido como o único país do mundo a conquistar sua independência através de uma revolta de escravos e negros libertos, os problemas crônicos enfrentados pela ex-colônia francesa fazem do Haiti um dos países com maior presença de organizações não-governamentais, as quais se tornam atores importantes na política haitiana, dado o cenário do país.

Em 2004, após a revolta armada que depôs o presidente Jean-Bertrand Aristide, eleito três anos antes para um terceiro mandato como presidente do Haiti em um pleito que contou com apenas 5% do eleitorado haitiano, o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas criou a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), missão de paz que contou com a participação de 22 países com o objetivo de pacificar o país, reduzir a violência por parte de grupos armados, promover eleições democráticas e fornecer suprimentos a população em situação de extrema pobreza (CARDOSO JR., 2010). No mesmo ano, a Seção de Desmobilização, Desarmamento e Reintegração (DDR) da ONU ¹convidou a ONG brasileira Viva Rio para participar da MINUSTAH, com o objetivo de auxiliar as forças armadas brasileiras no combate à violência armada e o desrespeito aos direitos humanos no Haiti. Sob os princípios de “liberdade, voz e inclusão”, a organização fundada em 1993 no Rio de Janeiro ficou reconhecida globalmente pelo seu trabalho na pacificação das comunidades fluminenses entre as décadas de 1990 e 2000.

Desde sua chegada ao Haiti, a organização carioca, autodeclarada como empresa social, esteve estreitamente conectada a MINUSTAH, atuando em seus primeiros anos como assessoria aos integrantes da missão de paz, e expandindo, posteriormente, suas operações para os bairros de Bel-Air e Cité Soleil, favelas localizadas em Porto Príncipe com altos índices de violência (MOESTUE; MUGGAH, 2009). A proximidade pode ser demonstrada, ainda, através de diversas declarações do fundador da Viva Rio, Rubem César Fernandes (2017, sempre exaltando o trabalho

¹ Atividades recentemente integradas à seara das operações de paz da ONU no intuito de desmobilizar grupos rebeldes e que vêm ganhando cada vez mais espaço dentro da Organização.

das Forças Armadas brasileiras durante a missão de pacificação em Porto Príncipe “A MINUSTAH seria a mais bem-sucedida Missão de Paz que a ONU já patrocinara. Intelectuais de peso especulavam sobre as condições determinantes do seu sucesso”. Fernandes elogiou ainda o modelo de combate à violência das tropas da ONU nas favelas do Haiti e seu trabalho de capacitação da Polícia Nacional do Haiti “a polícia haitiana progrediu muito como instituição desde os inícios da MINUSTAH em 2004” (FERNANDES et al, 2017). O modelo de pacificação da Viva Rio ao lado da MINUSTAH fora definido como “inovador” por Mostue e Muggah (2009), tendo como estratégia garantir a estabilização e reconstrução do Haiti através da mediação entre líderes de comunidade, agentes políticos e criminosos.

Contudo, o legado da MINUSTAH após treze anos de missão foi, minimamente, questionável. O exército brasileiro foi duramente criticado pela população local por sua violência nas favelas de Porto Príncipe, somado a acusações de estupro, assassinatos e ter iniciado um surto de cólera no país, após uma falha no sistema de saneamento básico das tropas nepalesas da ONU em 2010 que fez com que o esgoto fosse despejado de forma não-tratada no Rio Artibonite, flume de maior importância econômica para a ilha de Hispaniola. Apesar da baixa popularidade da missão, a Viva Rio seguiu com suas operações no Haiti após a retirada das tropas brasileiras em 2017, definindo a capacidade do Haiti em exportar tecnologias sociais para a ONG no combate à violência e a “afinidade cultural” entre haitianos e brasileiros como razões para seguir no país “por um bom tempo”, de acordo com Fernandes (2017, p. 117).

Ao longo dos 13 anos em que o Exército Brasileiro esteve no comando das forças de paz, os termos “colaboração”, “solidariedade” e “afinidade cultural” foram frequentemente utilizados por atores estatais brasileiros e por integrantes da Viva Rio para justificar sua presença no Haiti. O discurso pautado em altruísmo e compaixão, no entanto, contrasta com uma série de controvérsias envolvendo o uso desproporcional da força pelas tropas do MINUSTAH, dentre acusações de violência, abusos sexuais e assassinatos nas comunidades de Bel-Air e Cité Soleil, zona de atuação da Viva Rio em Porto Príncipe. Apesar das críticas da população local e da contradição do discurso pacificador da ONG com as denúncias de violência envolvendo as tropas da ONU em Porto Príncipe, o trabalho do Exército Brasileiro segue imune a críticas por parte dos integrantes da organização carioca, sendo

exaltada pelo seu fundador, Rubens César Fernandes (2010, p. 117), como “a missão mais bem-sucedida que a ONU já patrocinara”.

Dessa forma, esta monografia tem como objetivo compreender - por meio da análise da relação da atores Estatais e não estatais ONG Viva Rio com as Forças Armadas durante a tentativa de reconstrução do Haiti – a relação do trabalho social da ONG com as ações militares empreendidas pelo Exército Brasileiro durante a missão de paz e a influência disso na construção de imagem do modelo de pacificação brasileiro. Sob esse pretexto, partiremos da hipótese de que a iniciativa de incluir uma entidade civil em uma operação de caráter militar teve o papel de desviar o foco do aspecto militarista da MINUSTAH em prol das ações sociais promovidas pela Viva Rio, de modo a passar para a comunidade internacional a ideia de um modelo de *peacebuilding* humanista e solidário, legitimando, assim, as ações do Exército Brasileiro nas comunidades de Porto Príncipe. Logo, o discurso de irmandade para com os haitianos sustentou a imagem de que a missão de paz seria pautada em princípios humanitários, com o trabalho social da ONG sendo um importante instrumento para suprimir as ações controversas das tropas brasileiras da ONU nas comunidades de Porto Príncipe diante da opinião pública, exportando para a comunidade internacional a ideia de que o modelo de securitização brasileiro seria garantir a paz por intermédio de projetos sociais, e não apenas pelo uso da força militar.

Assim, este trabalho será seccionado em cinco capítulos com o objetivo de: (i) compreender o contexto histórico no Haiti; (ii) analisar o contexto político internacional nos anos precedentes ao MINUSTAH; (iii) analisar a atuação do Exército Brasileiro no MINUSTAH em conjunto com a Viva Rio nas favelas de Porto Príncipe para promover a paz; (iv) examinar a origem da ONG Viva Rio e sua relação com os integrantes das forças de paz; e (v) entender como o trabalho social da ONG no Haiti se relaciona com o modelo de *peacebuilding* divulgado pelo Exército Brasileiro durante os anos de missão de paz.

Por fim, deve-se ressaltar que esta pesquisa não tem como objetivo desmerecer o trabalho humanitário promovido pela ONG Viva Rio ou pelo exército brasileiro. Este estudo busca compreender a importância política da Viva Rio para a legitimação das ações pacificadoras promovidas pelo exército brasileiro durante a MINUSTAH e a relação da dependência do país da ajuda humanitária sem buscar

formas de alterar a estrutura que gera os problemas enfrentados pelo país. Dessa forma, a narrativa de “colaboração”, “solidariedade” e “afinidade cultural” utilizada pela Viva Rio acabou sendo aplicável para justificar sua presença no Haiti, porém não para alterar o quadro de vulnerabilidade da população haitiana.

2. DA COLONIZAÇÃO AO MINUSTAH

Esta primeira seção terá como foco uma análise do contexto histórico da República do Haiti. A compreensão do cenário socioeconômico haitiano exige uma análise da história do Haiti desde sua formação, entendendo a relação do passado colonial do Haiti e as circunstâncias que ocorreram seu processo de independência com a situação de pobreza crônica que o país enfrenta. Essa análise será feita sob a ótica pós-colonialista das relações internacionais. A partir da segunda metade do século XX, será feito um estudo dos impactos do neoliberalismo no Haiti, partindo de uma premissa fundada na teoria construtivista das Relações Internacionais.

2.1 O Haiti sob a lógica pós-colonialista

O Haiti foi a primeira colônia a se tornar independente, em 1º de janeiro de 1804, e o movimento que transformou uma pequena colônia caribenha francesa em uma nação guarda até hoje características únicas na história que a diferencia de todos os movimentos de independência que viriam a ocorrer nos anos posteriores.

A partir do descobrimento da América por parte dos europeus em 1492, o continente passou por uma exploração em massa de seus recursos naturais. É nesse contexto que a escravidão passa a ser utilizada em massa por europeus para realizar a crescente demanda de trabalho na extração de matéria-prima e na agricultura, sendo inicialmente realizado por ameríndios. Devido a familiaridade dos nativos com o território e a hostilidade de certas tribos, a escravidão indígena logo tornou-se inviável, levando os europeus a importarem escravos da África e transportarem a América via navios negreiros (ABLER; FABIÉ, 1986, p. 510). Ao todo, estima-se que entre 700 mil e 1 milhão de africanos foram levados ao Haiti durante o período de tráfico negreiro (GATES JR, 2014).

Na passagem do século XVIII para o XIX, 200 anos após o início da escravidão africana na América, uma revolta encabeçada por escravos auto-libertados na colônia de São Domingos – que viria a formar o Haiti – urge contra o domínio colonial francês e inicia uma insurreição no território em 1791. Com o apoio da Espanha, os negros libertos de São Domingos expulsaram o governo colonial francês e proclamaram a independência do território, que passaria a se chamar Haiti. A revolução durou cerca de 13 anos e só foi concluída em 1804, quando todos os brancos restantes no Haiti foram exterminados, genocídio nomeado como Massacre de 1804 (ROSA, 2016).

A vitória dos africanos sobre os franceses foi uma afronta a hegemonia global europeia² e configurou a primeira derrota de uma metrópole para sua colônia. Com a independência consumada, o Haiti abraça a causa pan-africana, conforme reconhecido no artigo 44 de sua primeira constituição: “Todo africano, índio ou aqueles que levam seu sangue, nascidos nas colônias ou em países estrangeiros e que vierem a viver na República, serão reconhecidos como haitiano”³ (HAITI, 1816, tradução nossa).

Partindo da compreensão de que as ideias apresentadas no pós-colonialismo se baseiam em criticar as narrativas de hegemonia e superioridade do Ocidente, também é possível fazer uma relação com o contexto histórico no Haiti. Antes da discussão propriamente dita sobre os problemas crônicos no país caribenho, é interessante que sejam introduzidos os principais ideais da teoria do pós-colonialismo, para que a partir disso seja feita a relação com a questão a ser abordada.

A teoria pós-colonialista das relações internacionais se molda em torno da ideia de que a realidade e o sistema internacional não são homogêneos, ao passo que cada Estado formado possui suas identidades particulares tanto no quesito da cultura, quanto em práticas políticas, econômicas e sociais. As práticas políticas e culturais de cada Estado são completamente diferentes e complexas, mas graças a predominância da mentalidade imperialista e o foco maior – desde as primeiras teorias de Relações Internacionais – no estudo dos países ocidentais, os Estados mais pobres, e que foram vítimas de exploração desses mesmos países do Ocidente, foram deixados de lado e esquecidos. Essa vertente das Relações Internacionais tem como objetivo justamente criticar essa prática, e os autores pós-coloniais, como Inayatullah e Blaine (2004) se colocam em uma posição de mostrar a importância e a necessidade de um enfoque maior nessas relações desiguais vistas dentro do sistema internacional.

A ideia de uma sociedade civil global, uma sociedade capaz de elaborar planos comuns e desenvolver ações em conjunto com a sociedade civil, eliminou as formas diferentes de vida/cultura e tentou reconstruir essa sociedade global a partir de um molde liberal ocidental. O Haiti, ao iniciar um motim contra uma metrópole ocidental e

² Influência dos países colonizadores sobre suas ex-colônias mesmo após o final do mercantilismo.

³ Tout Africain, Indien et ceux issus de leur sang, nés dans les colonies ou en pays étrangers, qui viendraient résider dans la République seront reconnus Haïtiens, mais ne jouiront des droits de citoyen qu'après une année de résidence.

se tornar uma nação independente composta por negros ex-escravos, tornou-se um país que se opunha a lógica liberal do Ocidente e, portanto, foi marginalizada no sistema internacional. Dessa forma, Blaney e Inayatullah (2004) apontam como a teorização das Relações Internacionais foge um pouco dos problemas da diferença entre países como os da Europa e países que sofreram exploração desde sua formação, como países africanos e latino-americanos que sofreram com a colonização. De acordo com estes teóricos, a relação entre as democracias liberais e as suas ex-colônias é encenada como uma espécie de jogo moral de pureza e poluição, onde as concepções culturais dos liberais ocidentais são construídas como normais e naturais em relação aos bárbaros de hoje, aos povos e regiões marginalizados e anárquicos, perpetuamente no caminho para uma identidade liberal madura.

O trabalho de Inayatullah e Blaney (2004) apresenta uma crítica fundamental à teoria e à prática das Relações Internacionais, destacando sua persistência nos legados coloniais. Como resultado, torna-se evidente uma lacuna intrínseca na disciplina para lidar com a questão da diversidade. O surgimento de relações sociais cada vez mais complexas expõe a tensão entre culturas e formas de vida, revelando a inadequação das respostas convencionais, que se baseiam frequentemente no uso indiscriminado da violência e na demonização do “outro”. Os exemplos são abundantes, e a análise histórica oferecida pelos autores mostra que tais práticas acompanham o desenvolvimento da modernidade, desde seus mitos fundadores até seus principais teóricos. No entanto, isso não impede a exploração de outras alternativas, nem a revisão de momentos históricos e de pensadores clássicos para “relembrar” o que o discurso dominante na teoria das Relações Internacionais tentou suprimir.

Os estudos pós-colonialistas também podem ser úteis também para explicar o papel da raça e gênero para a construção da nação e de uma identidade nacional, e como essa construção foi baseada em critérios de inferioridade de certos povos e nações. Esta análise parte da premissa que as Relações Internacionais são formadas por estereótipos raciais e culturais, e que as relações coloniais de subordinação e dominação persistiram mesmo após consolidada o processo de independência de antigas colônias, onde sujeitos ex-coloniais são tidos como inferiores. Único país cuja independência foi conquistada devido a uma revolução bem-sucedida de escravos, o

Haiti se torna um caso único nas Américas, cuja maioria das nações conquistaram sua independência por meio de movimentos liderados pela elite local, como fazendeiros, intelectuais e lideranças militares, com grandes influências do iluminismo.

Nesse contexto, o caso do Haiti deixou nítido como a raça pode impactar nas relações internacionais de um país. Composta e liderada por afrodescendentes, a recém-formada república gerou nos países escravocratas o temor de revoltas semelhantes em seu território. Há 2,5 mil quilômetros de Porto Príncipe, os Estados Unidos, que até 1801 possuía uma sólida relação comercial com o Haiti, passou a aprovar uma série de leis e decretos anti-haitianos. Com amplo apoio dos senadores dos estados do sul dos Estados Unidos, o país proibiu em 1806 o comércio entre cidadãos estadunidenses com o Haiti, considerando que a valorização da população negra haitiana poderia influenciar os escravizados norte-americanos à uma revolta semelhante contra seus escravizadores. As relações entre Estados Unidos e Haiti só seriam de fato estabelecidas em 1862, após o reconhecimento diplomático norte-americano (NASCIMENTO, 2023).

Ao mesmo tempo, o país teve que lidar com a rejeição de até mesmo grandes lideranças anticoloniais, como Simón Bolívar, líder revolucionário latino-americano responsável pela independência da Colômbia, Venezuela, Bolívia e Peru que defendeu a soberania da América do Sul em relação aos colonizadores espanhóis. Derrotado pela Espanha, o 'Libertador' conseguiu reiniciar sua luta pela independência da América Espanhola graças ao apoio militar do Haiti, que entregou-lhe sete navios, armas e soldados, com a única condição de que Bolívar libertasse os escravos após a libertação da América. Como presidente da Grã-Colômbia, o revolucionário cumpriu sua promessa, porém passou a ignorar o Haiti, sem estabelecer relações diplomáticas com o país caribenho e sem sequer convidá-lo para a Reunião do Panamá, que contou com a presença de todos os países americanos e da Inglaterra e tinha como princípio consagrar a solidariedade pan-americana, além de princípios pautados na segurança coletiva e na solução pacífica dos conflitos (GALEANO, 2010).

Como retaliação dos países europeus e os Estados Unidos à revolução, o Haiti ficou submetido a um bloqueio comercial por 60 anos até a assinatura do acordo indenizatório à França em 150 milhões de francos, que seria reduzido em 40 milhões nos anos seguintes, mas que ainda sim não evitou a destruição econômica do país. Conforme Truillout (1995) destaca, o Haiti tornou-se um país marginalizado na

memória oficial do mundo ocidental e a Revolução Haitiana foi colocada no esquecimento por estas nações. O racismo por se tratar de uma nação liderada por negros ex-escravos também prejudicou as relações diplomática do país por anos,

[...] quando o contexto colonial é percebido em seu aspecto imediato, fica evidente que o que divide o mundo é primeiro o fato de pertencer ou não a uma determinada espécie, a uma determinada raça. Nas colônias, a infra-estrutura é também uma superestrutura. A causa é uma consequência: você é rico porque é branco, você é branco porque é rico. (FANON, 2001, p. 34, tradução nossa)⁴

Devido às exigências da França, o Haiti foi obrigado a contrair vultosos empréstimos do banco francês Crédit Industriel et Commercial, resultando no enriquecimento dos acionistas do banco. Embora a França tenha recebido o último pagamento de indenização em 1888, o governo dos Estados Unidos facilitou a compra da dívida haitiana em 1911, visando receber os pagamentos de juros relacionados à indenização. Em 1922, o saldo remanescente da dívida do Haiti com a França foi transferido para ser quitado por investidores americanos. A dívida só foi integralmente liquidada em 1952, decorridos 127 anos desde sua origem. Esses débitos são apontados como a origem da pobreza no Haiti contemporâneo, representando um exemplo de dívida odiosa, imposta à população por meio de coerção abusiva (RIOS, 2022).

Marginalizado no sistema internacional, o Haiti buscou na agricultura seu sustento. Diferente de outras colônias que mantinham a estrutura agrícola sustentada por escravos, o país realizou uma reforma agrária e passou a depender da agroexportação como forma de pagamento da dívida com a França, impondo grandes taxas aos produtores locais, prejudicando o desenvolvimento agrícola, o que por sua vez causou um país com uma agricultura pouco diversificada e incapaz de suprir à demanda local, obrigando-o a importar alimentos. O longo processo de exploração e dominação, estabelecido desde a luta pela liberdade, foi responsável pela deterioração das condições de vida das classes trabalhadoras haitianas (LOUIS-JUSTE, 2003)

⁴ [...] cuando se percibe en su aspecto inmediato el contexto colonial, es evidente que lo que divide al mundo es primero el hecho de pertenecer o no a tal especie, a tal raza. En las colonias, la infraestructura es igualmente una superestructura. La causa es consecuencia: se es rico porque se es blanco, se es blanco porque se es rico.

Se no período colonial o país era comandado pela metrópole, agora como nação independente o Haiti tornou-se, de acordo com Rosa (2006, p. 10), uma colônia sem dono. O país se libertou das garras da metrópole, porém permaneceu dependente de outros países e sustentado pela monocultura, como quando era colônia. Em meio às dificuldades econômicas que o país enfrentava, o comando do Haiti ficou totalmente à deriva, alternando constantemente de liderança em meio à golpes de Estado e autoritarismo. Entre os mais de 20 governantes que passaram pelo poder da segunda metade do século XIX ao começo do século XX, 16 foram depostos ou assassinados. Ao todo, o país registra mais de 30 tentativas de golpes de Estado, sendo 25 delas exitosos. O tardio reconhecimento à soberania do Haiti prejudicou o país no desenvolvimento de relações comerciais com a comunidade internacional e jogou a população haitiana ao esquecimento (DALEMBERT, 2010).

Em meio à sucessivos golpes de Estado e miséria, o Haiti sai do esquecimento em 1915, quando entrou na esfera de influência dos Estados Unidos. O secretário-geral dos EUA, Robert Lansing, justificou a ocupação alegando uma suposta “tendência inerente dos negros à selvageria” que os impedia de viver de maneira civilizada, e, portanto, de se autogovernar. Essa visão foi corroborada por um dos responsáveis pela invasão, William Philips, que havia dito anteriormente: “Este é um povo inferior, incapaz de conservar a civilização que haviam deixado os franceses” (GALEANO, 2010, p. 2).

Galeano (2010), no entanto, aponta outro motivo para a ocupação estadunidense: garantir que o país pagasse os juros das dívidas relacionados à indenização paga a França e abolir o artigo constitucional que proibia vender as plantations aos estrangeiros. Além disso, havia a necessidade de afastar a possibilidade de ameaças externas se instalarem em países vizinhos aos EUA, como o Império Alemão, que à época travava a Primeira Guerra Mundial contra os Aliados. Cumprido os objetivos, retirou-se do Haiti em 1934.

Nas décadas seguintes, com a ocorrência da Revolução Cubana – que encerrou a influência norte-americana em Cuba e a aproximou do bloco socialista – à poucos quilômetros de distância nos anos 1950, os Estados Unidos passam a exercer maior controle na política interna dos países da América Latina e Caribe, e com isso, o Haiti volta a entrar na esfera de influência norte-americana, apoiando o ditador François “Papa Doc” Duvalier, que assumiria o cargo de presidente vitalício do Haiti

em 1964, sendo sete anos depois sucedido por seu filho, Jean-Claude “Baby Doc” Duvalier. Com apenas 19 anos, o “Baby Doc” tornou-se presidente vitalício do Haiti, e, ao lado de sua milícia particular, os “tonton-macoutes”, deu sequência ao terror político implementado por seu pai (HAINES, 2014). Entre 1964 e 1986, o Clã Duvalier promoveu uma sangrenta perseguição à opositores, especialmente ligados à esquerda do espectro político, e a Igreja Católica. A dinastia só se encerrou após intensos protestos populares, quando Duvailler foge para a França.

Entre 1965 e 1980, segundo dados do Banco Mundial, a economia do Haiti registrou um crescimento médio anual de 2,9%, ficando aquém da taxa de crescimento populacional de 3,4%. Na década seguinte, a economia retrocedeu 0,2% ao ano. Essa crise afetou principalmente a população rural, que em 1988 representava 71% dos 6,3 milhões de habitantes do Haiti. Este cenário foi piorado graças às políticas de Duvailler, que distribuiu 120 mil hectares de terras para seus aliados, o que equivalia a um quinto das terras disponíveis para agricultura, tornando 67% das terras aráveis haitianas nas mãos de apenas 1,15% dos fazendeiros. Isso contribuiu ainda mais para a falta de oportunidades de emprego na zona rural (PESCHANSKI, 2014).

2.2 Anos 80: Abertura e Caos Econômico

Os choques do petróleo em 1973 e 1979 e a estagnação econômica dos Estados Unidos na década de 1970 em meio ao crescimento da inflação pode ser definido como um ponto de ruptura na história social e econômica do mundo. Em resposta à estagflação, o Federal Reserve nomeia como presidente o até então desconhecido economista Paul Volcker sob o lema de combater a inflação, independente das consequências. No ano seguinte, os Estados Unidos elegem para presidente o republicano Ronald Reagan (1980-1988), derrotado o democrata e até então presidente, Jimmy Carter (1976-1980). Do outro lado do Atlântico, a Grã-Bretanha empossara Margaret Thatcher como primeira-ministra sob o mesmo lema de combate à inflação. Esses acontecimentos marcaram o surgimento de uma nova doutrina econômica que, nos anos seguintes, seria difundido pelo mundo, em especial a América Latina, a partir dos anos 80: o neoliberalismo. Para a compreensão dos crônicos problemas socioeconômicos no Haiti pré-2004, também será necessário compreender o conceito dessa ideia e seus impactos no Haiti.

Até meados da década de 1970, o conceito que viria a ser conhecido como uma série de teorias buscando uma alternativa ao liberalismo clássico, mantendo suas bases, carecia de uma definição precisa. Essas teorias, embora diversas, compartilhavam a ideia de uma economia de mercado com um Estado ativo. Somente nos anos 2000 é que um termo específico foi firmemente estabelecido no meio acadêmico para descrever esse conjunto de ideias. O economista David Harvey (2008, p. 6) descreveu essa abordagem como uma teoria de práticas político-econômicas que promovem o bem-estar humano através da libertação das liberdades e capacidades empreendedoras individuais, dentro de uma estrutura institucional caracterizada por fortes direitos de propriedade privada, mercados livres e comércio desimpedido.

Na década de 1980, houve um ressurgimento de uma filosofia que defendia o liberalismo econômico em sua forma mais pura, sem intervenção estatal no mercado, exceto por regulamentações destinadas a garantir a livre concorrência. Essa filosofia, popular nos Estados Unidos no final do século XIX, havia caído em desuso após a Crise de 1929. A partir dos anos 80, essa política econômica foi amplamente promovida pelos Estados Unidos, que, através de instituições como o FMI e o Banco Mundial, estabeleceu princípios dessa abordagem para seus países-membros. Isso ocorreu tanto como condição para financiamento, no caso do FMI, quanto como parte de programas para redução da pobreza, no caso do Banco Mundial. A Crise da Dívida Externa na América Latina e a necessidade de financiamento por meio do FMI contribuíram para a adoção generalizada dessas ideias na maioria dos países latino-americanos.

Ao analisar os impactos dessas políticas na economia popular, David Harvey (2008) descreve o projeto como uma iniciativa destinada a restaurar o poder de determinadas classes sociais. Após a implementação dessas políticas no final dos anos 1970, a fatia da renda nacional detida pelo 1% mais rico nos Estados Unidos aumentou significativamente, aproximando-se do nível pré-Segunda Guerra Mundial. O 0,1% mais rico aumentou ainda mais sua participação na renda nacional, enquanto a diferença entre a remuneração média dos trabalhadores e os salários dos CEOs (Chief Executive Officers) cresceu de 30 para 1 em 1970 para quase 500 para 1 por volta de 2000.

Harvey (2008) observa também uma tendência redistributiva, com aumento da desigualdade de renda e concentração de riqueza nos países que adotaram essas políticas. Esses efeitos, segundo o autor, são características estruturais do projeto como um todo. A crescente desigualdade não afetou apenas a população local, mas também teve repercussões nos países em desenvolvimento, onde houve um aumento da concentração de poder econômico nas nações mais ricas. A liberalização dos fluxos de capital resultou na fuga de capitais dos países pobres para os ricos, enquanto a abertura econômica às empresas estrangeiras prejudicou os produtores locais nos países em desenvolvimento, que enfrentaram dificuldades para competir com a concorrência externa.

Esse efeito foi sentido na economia haitiana na década de 80. Até este período, 81% dos alimentos consumidos no Haiti eram produzidos por produtores locais, o que mudou com a nova onda liberal: necessitando de financiamento externo do FMI, o Haiti foi obrigado a aderir as reformas econômicas propostas pelo fundo, como a abertura econômica e a liberalização de capitais. Durante a década de 80, o Banco Nacional do Haiti implementou medidas para atingir vários objetivos: a ênfase foi colocada na obrigação dos bancos comerciais – nacionais e internacionais – de aumentar as reservas legais; ao reduzir percentagem de reservas legais sobre quase-dinheiro, a taxa de juros foi ajustada de acordo com a taxa de juro preferencial dos Estados Unidos. Consequentemente, o crédito destinado ao setor privado, e em particular ao sector importador e que se dirigia aos intermediários exportadores de café, diminuiu em 1980 ainda mais do que em 1979, ano em que já tinha registado uma certa desaceleração. Em contrapartida, o crédito ao governo cresceu quase 50%, algo sem precedentes na história monetária da década de 1970 (ONU; CEPAL, 1981).

No entanto, a mudança que traria mais impactos na economia haitiana no longo prazo foi a abertura econômica. Ao reduzir o imposto de importação de 50% para 3%, empresas norte-americanas conseguiram adentrar no mercado haitiano com preços muito abaixo à concorrência local. Sem condições de competir com a nova oferta, os alimentos de origem haitiana logo foram substituídos por alimentos produzidos pelos Estados Unidos, que hoje domina 80% do mercado haitiano. O Haiti, além de ter tirado o meio de subsistência de agricultores locais, logo tornou-se dependente de alimentos importados (GRUNAU, 2011).

As mercadorias estrangeiras adentraram com força no Haiti. Em 1988, cerca de US\$ 398 milhões foram gastos com importações de manufaturados. Para efeito de comparação, é um crescimento de 3316% em relação as importações no Haiti duas décadas antes. Este aumento não foi acompanhado pelas exportações, com as exportações de bens primários – que possuem maior importância na economia de países subdesenvolvidos – caindo cerca de 3,5 vezes neste mesmo período (BANCO MUNDIAL, 1990).

Um exemplo deste impacto na economia do Haiti foi a mudança na política açucareira dos Estados Unidos. Entre 1983 e 1987, a cota total de importação dos países produtores foi reduzida em 70%, gerando um caos nos países produtores de cana-de-açúcar. A redução da cota obrigou países exportadores de açúcar a reduzir drasticamente a produção e a exportação, desempregando cerca de 50 mil haitianos cortadores de cana (BANCO MUNDIAL, 1990).

FIGURA 1 – Indicadores econômicos do Haiti entre as décadas de 1980 e 2010 (em milhões US\$)

	1980	1990	2000	2010
Exportações	215,8	265,8	331,7	563,4
Importações	134	442,6	1.086,7	3.010,1
Exportações-Importações	135	-176,8	-755,0	-2.446,7
Dívida externa	153	841,0	1.170,3	353,3

Fonte: CEPALSTAT, 2024.

Como efeito das políticas neoliberais dos anos 1980, o presidente Duvailler isentou de impostos os produtos vindos do exterior e não subsidiou a produção local, fazendo com que a balança comercial registrasse um déficit de US\$ 200 milhões em 1981. Sem condições de competir com os preços dos alimentos importados, os produtores locais logo perderam seu sustento e iniciaram um movimento para os grandes centros urbanos em busca de emprego, gerando um êxodo rural no Haiti. No entanto, sem condições de receber toda a massa migratória da zona rural, cidades como Porto Príncipe logo viram as favelas dominarem o espaço urbano, e o comércio informal tornou-se a principal fonte de sustento destas famílias. Em 1965, cerca de

18% da população haitiana se localizava na região urbana. Ao final da década de 80, este número já era de 29%. Em meio a este cenário, a criminalidade disparou e tornou-se o sustento de muitas famílias: em 1988, o tráfico de drogas movimentou US\$ 500 milhões, duas vezes mais do que no ano anterior (BANCO MUNDIAL, 1990).

Na década de 80, os gastos do governo retraíram 1,4%. O crescimento do consumo privado nesta mesma década desacelerou, crescendo apenas 0,4%, bem abaixo ao crescimento de 2,3% registrados no final da década anterior. Se ao final da década de 70 o investimento interno bruto cresceu 14,8%, na década de 80, registrou queda de 5,4%. A década de 80 também interrompeu o crescimento produtivo no Haiti: após crescimento de 2,9% entre 1965 e 1980, a produção caiu 0,2% entre 1980 e 1988. Essas medidas não evitaram a disparada da dívida na década de 80. No período de 1970 a 1980, a dívida externa haitiana foi de US\$ 40 milhões para US\$ 153 milhões, chegando a US\$ 841 milhões em 1990, conforme a Figura 1, um salto de 2100% em um intervalo de apenas duas décadas. Esses dados são úteis para explicar a economia do Haiti antes e depois das políticas neoliberais na América Latina a partir de 1980 (BANCO MUNDIAL, 1990).

Essas medidas também causaram um desmonte na prestação de serviços básicos para a população haitiana. Como efeito das políticas de corte de custos, grande parte dos serviços básicos que eram realizados pelo Estado, como distribuição de água, energia, recolhimento de resíduos e esgoto, saúde e educação, foram privatizados. Atualmente, esses setores são acessíveis apenas para uma pequena parcela da população, enquanto muitas outras sofrem pela falta de acesso a essas necessidades básicas. Em Porto Príncipe, apenas uma em cada cinco residências possui água encanada, e o uso de caminhões-pipa para fornecimento de água chega a ser 30 vezes mais caro, sem garantias de qualidade. Apenas 1,4% dos habitantes da capital têm acesso a água potável. Na área urbana, pouco mais de 45% das casas têm algum sistema de tratamento de resíduos, enquanto na zona rural, essa proporção cai para 16%. A coleta de lixo atende apenas de 30 a 50% das residências, e todo o lixo recolhido é depositado em um lixão a céu aberto, o único da cidade. O fornecimento de energia elétrica está disponível por apenas 8 horas por dia na capital, sendo comum ouvir o ruído de geradores a gasolina que abastecem a maioria dos estabelecimentos comerciais. Essa atuação conjunta favorece a privatização do

desenvolvimento, e a desvinculação dos projetos a um plano de desenvolvimento nacional ou setorial (BEZERRA, 2016).

2.3 A Indústria da Ajuda: a hegemonia sob a máscara da cooperação

As operações da ONU também são outros meios de ajuda humanitária promovida por outros países no Haiti. Segundo o documento das Nações Unidas que regem as missões de paz, há cinco tipos de operações no intuito de promover a estabilização, pacificação e manutenção da paz. *Peacekeeping* é uma entre uma gama de atividades realizadas pelas Nações Unidas e outras organizações voltadas a manutenção da paz e segurança no mundo. O conceito de *peacekeeping* se relaciona e se diferencia de prevenção de conflitos, *peacemaking*, *peace enforcement* e *peacebuilding* (GUÉHENNO, 2008).

Prevenção de conflitos envolve a utilização de medidas diplomáticas ou estruturais em casos de escalonamento de tensões ou disputas rumo a um conflito violento, seja de caráter nacional ou internacional. *Peacemaking* é uma operação que pode ser comandada por governos, um grupo de países, organizações regionais ou pela ONU e envolve a utilização de meios diplomáticos para conduzir as partes conflitantes a um acordo. *Peacekeeping* é uma técnica de preservação da paz quando esta está gravemente ameaçada (GUÉHENNO, 2008). Embora por muitos anos as operações de *peacekeeping* estivessem relacionadas a operações militares, ela pode envolver a utilização de elementos militares, policiais e civis para controlar as tensões e auxiliar na negociação entre as forças beligerantes. Quando a escalada da violência se torna uma violação da paz, tornando necessário o emprego de métodos coercitivos – inclusive a força militar, é denominado *peace enforcement* (GUÉHENNO, 2008). Este método de prevenção de conflitos só pode ser realizado mediante autorização do Conselho de Segurança da ONU. Em último caso, *peacebuilding* envolve uma série de medidas de reforço das forças nacionais em todos os níveis para gerenciamento de conflitos. Este é um processo complexo e de longo prazo, abordando as causas estruturais enraizadas no conflito com o objetivo de desenvolver as instituições estatais de modo a promover a paz de maneira sustentável e definitiva (GUÉHENNO, 2008). As operações de manutenção da paz da ONU são regidas por três princípios inter-relacionados: consenso entre as partes, imparcialidade e não uso da força, exceto em legítima defesa ou defesa do mandato (ONU, 2024).

Em meio à pobreza generalizada, Estados falidos são frequentemente explorados por países desenvolvidos sob o pretexto de ajuda humanitária. De acordo com Monteiro (2006), um “Estado falido” é aquele cujo governo não consegue cumprir suas funções essenciais. Isso pode ocorrer devido a vários fatores, como a decadência da infraestrutura, a violência e a corrupção desenfreadas, a guerra civil, a fragilidade ou privatização dos serviços básicos, o declínio contínuo do PIB, a falta de controle das fronteiras, a fuga da população, a ineficácia do poder judiciário e a perda de território para organizações terroristas ou paramilitares. Na realidade, essa intervenção mantém países como o Haiti dependentes da caridade internacional, beneficiando economicamente as nações mais ricas.

Nesse contexto, ONGs acabam tendo um papel fundamental na prestação de serviços sociais no Haiti. Por se tratar de um estado falido e estar localizado em uma zona propícia a desastres naturais, as ONGs acabam sendo atraídas ao Haiti por garantir maior visibilidade e maior capacidade de captar doares, tornando o país em uma “república de ONGs”: estima-se que, antes o terremoto da península de Tiburón em 2010, a república caribenha possuía entre 3 000 e 10 000 organizações não-governamentais atuando no país, o que o tornava no segundo país com mais ONGs per capita no mundo. A corrupção generalizada no governo haitiano faz com que doadores estrangeiros optem por prestar assistência monetária e material para organizações civis, como ONGs, e não para instituições públicas, fazendo estas organizações possuírem maior capacidade de financiamento que o próprio Estado do Haiti. Como consequência, a população haitiana passa a recorrer às ONGs para a prestação de serviços públicos, aumentando o poder político das ONGs no país e fazendo com que as políticas públicas no Haiti passem a ser formuladas em prol das ONGs, e não da população, impedindo a criação de um projeto de longo prazo que busque melhorar a situação social que o país vivencia (KRISTOFF; PANARELLI, 2010).

Sob a bandeira dos Estados Unidos, o programa *Food for Peace* é responsável por transportar por longas distâncias produtos agrícolas americanos em nome da ajuda humanitária. Como o principal país doador, os EUA destinam quase um terço de sua assistência econômica ao fornecimento de bens e serviços. Para ter acesso ao programa de assistência, os países beneficiários devem demonstrar que podem se tornar mercados consumidores dos produtos agrícolas norte-americanos, gerando

uma ajuda humanitária sustentada por interesses particulares. Os alimentos são então distribuídos ou vendidos para financiar outras iniciativas humanitárias (GRUNAU, 2011).

Grunau (2011) alerta para a existência da “indústria da ajuda” no Haiti, composta por instituições de caridade concorrentes e que têm interesses comerciais. Mesmo que tenham boas intenções, diz Polman, as organizações humanitárias vivem da fome e da ajuda humanitária. Elas concorrem pelo dinheiro de doadores e cooperam muito pouco entre si, em um sistema que contribui ainda mais para a maximização de poder pelas potências, à medida que se aumenta a dependência haitiana. Em busca de alinhar a ajuda humanitária de acordo com as necessidades dos beneficiários, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)⁵, promoveu a Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda ao Desenvolvimento⁶, aprovada por doadores, países em desenvolvimento e instituições internacionais em 2005, na tentativa de alinhar a ajuda humanitária de acordo com as necessidades dos beneficiários, estabelecendo 50 termos para promover uma forma mais efetiva de ajuda ao desenvolvimento (OCDE, 2005).

FIGURA 2 – Ajuda ao Desenvolvimento no Haiti (em milhões US\$)

Ano	Valor (US\$ milhão)
1982	128
1983	134
1984	135
1985	153
1986	175
1987	218
1988	147

Fonte: Banco Mundial, 1990.

⁵ Foro composto por 35 países, dedicado à promoção de padrões convergentes em questões sociais, econômicas, financeiras, comerciais e ambientais.

⁶ Reunião promovida para realinhar as estratégias dos países desenvolvidos na ajuda ao desenvolvimento, promovendo uma ajuda mais eficiente.

Em outro relatório, a OCDE (2011) reconheceu a importância da ajuda internacional na reconstrução do país, ainda que tenha reconhecido efeitos “não intencionais” da intervenção internacional. A organização citou como exemplo que a ajuda alimentar desviou o foco em relação aos problemas estruturais da insegurança alimentar no Haiti, sendo necessário investir no desenvolvimento agrícola do país para gerar um resultado sustentável na redução da fome no país. A falta de interesse dos doadores internacionais em apoiar instituições políticas haitianas contribui para a proliferação de unidades paralelas de implementação de projetos que operam fora das estruturas regulares do governo, tornando-se um grande obstáculo ao desenvolvimento da capacidade, apropriação e legitimidade do governo (OCDE, 2011).

A coordenação da ajuda internacional de forma a promover mudanças estruturais nos países beneficiários proposta pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), no entanto, não consegue impedir a replicação de paradigmas ideológicos que promovem a manutenção do projeto liberal. Freitas (2010) observará que a ajuda ao desenvolvimento não se dará mais por meio do domínio, como presenciado no Haiti em 1915, mas pela construção de “regimes de verdade” que limitam as opções políticas e impedem o surgimento de alternativas que vão contra o pressuposto liberal. Os países em desenvolvimento seguem sob a esfera de influência do Ocidente, porém não mais como dominado.

Conforme discutido anteriormente a ótica pós-colonialista nos fornece outra ótica detalhada sobre a ajuda do desenvolvimento no Haiti. Esta escola parte do pressuposto de que o mundo material forma e é formado pela ação e interação humana, onde a capacidade humana de reflexão ou aprendizado tem seu maior impacto no modo pelo qual os indivíduos e atores sociais dão sentido ao mundo material e enquadram cognitivamente o mundo que vivem (INAYATULLAH; BLANEY, 2004). Neste conceito, os significados, interpretações e pressupostos coletivos do mundo formam as identidades, os interesses e os comportamentos dos agentes políticos, sendo, portanto, uma construção social. Dessa forma, é possível argumentar que as soluções para o desenvolvimento apontadas por entidades ocidentais como a OCDE não necessariamente estejam acompanhadas de interesses ocultos dos países doadores em um projeto de maximização de poder, mas na realidade, sejam propostas que partem de acordo com sua realidade social, que é construída de acordo

com os entendimentos coletivos que regem a sociedade ocidental, mas que não necessariamente se aplica a realidade social haitiana. A lição extraída desse quadro é que o sucesso ou fracasso de programas de ajuda dependem das ações dos doadores e beneficiários: é possível utilizar eficazmente a ajuda se esta se dá por apoio ao balanço de pagamentos, vinculado a reestruturação da despesa pública; programas de despesa pública “por etapas”; e projetos de investimento, acompanhada de mudanças na política interna do beneficiário. No entanto, o que foi visto na realidade foram os países beneficiários da ajuda adotaram políticas prejudiciais ao crescimento e a diminuição da pobreza, e os doadores nem sempre acompanharam cuidadosamente os programas ou vincularam a assistência a reformas de política econômica (BANCO MUNDIAL, 1990).

Dessa forma, a ajuda humanitária contribui para a perpetuação da falência do Estado haitiano. O conflito de interesses nos diferentes atores que prestam assistência ao Haiti acaba por enfraquecer o já impotente Estado haitiano, deixando-o dependente da caridade internacional como agentes de mudanças. Em paralelo a isso, as potências seguem maximizando seu poder, mantendo o Haiti sob sua zona de influência e dependente economicamente de produtos estrangeiros, e com os atores que participam como doadores da indústria da ajuda perseguindo os seus próprios interesses em detrimento dos recebedores.

3. A ALTERNATIVA EMERGENTE

Este capítulo abordará a mudança de rumos na política externa latino-americana na década de 2000 em meio ao surgimento de uma nova ordem mundial multipolar. Será analisado a ascensão de países emergentes frente a hegemonia tradicional dos Estados Unidos pós-Guerra Fria, e como isso impactou na posição de liderança do Brasil no Minustah.

3.1. A Vez da América Latina

Como uma alternativa a lógica liberal pregada pela hegemonia ocidental, países emergentes começam a ganhar voz na busca pela paz. A virada para o século XXI marca o início de uma nova ordem mundial multipolar, com novas forças buscando contrapor a hegemonia estadunidense herdada após a dissolução da URSS. Novos blocos econômicos surgiam e Estados anteriormente periféricos passam a ter maior espaço no sistema internacional. A integração emergente por meio de coalizões como o BRIC no início da década de 2000 marca uma era onde países de terceiro mundo passam a trilhar um caminho independente, não mais submetidos aos interesses das superpotências.

Este acontecimento coincide e é intensificado com uma mudança nos rumos da política externa dos Estados Unidos: os atentados de 11 de setembro de 2001 fizeram com que a América Latina deixasse de ser o foco da política norte-americana, que passaria a concentrar todos seus esforços na eliminação de organizações terroristas e construção de governos democráticos no Oriente Médio e Ásia Central. A Guerra ao Terror, como ficou conhecida, foi capaz de causar profundos impactos políticos na América Latina que viriam a afetar diretamente os Estados Unidos nos anos seguintes. A distração norte-americana no Oriente Médio deu à América Latina uma oportunidade única de provar sua independência: a década de 2000 ficou marcada pelo fenômeno da “Onda Rosa”⁷, com lideranças ligadas à esquerda do espectro político chegando ao poder (FIORI, 2006). Organizações multilaterais latino-americanas foram criados sem a participação dos Estados Unidos, como a Unasul, e a China adentrou no continente e estabeleceu fortes laços comerciais com a América Latina, aumentando sua influência na região. O fracasso dos Estados Unidos em

⁷ Fenômeno na América Latina de eleições seguidas de representantes de esquerda no início do século XXI.

eliminar o terrorismo no Oriente Médio acabou contribuindo para a criação de novos grupos terroristas na região e foi um duro golpe na popularidade de George W. Bush (REJEIÇÃO, 2007). No entanto, não seria exagero considerar a perda da hegemonia na América Latina como a pior derrota dos Estados Unidos na Guerra ao Terror.

No Brasil, o otimismo era tamanho que o país voltou a sonhar por uma cadeira definitiva no Conselho de Segurança das Nações Unidas. De fato, obter maior participação na formulação de políticas internacionais de defesa nacional é um objetivo que vem desde a Primeira República, quando o Brasil pleiteava um assento permanente na Liga das Nações, fundada após a Primeira Guerra Mundial (BUENO; CERVO, 2002). Após a criação do Conselho de Segurança pela ONU após a Segunda Guerra Mundial, o Brasil passa a dedicar parte de sua política externa em prol da segurança coletiva, elegendo-se a 11 mandatos de 1945 a 2024 (ZIEMATH, 2016). Na virada para o século XXI, há uma mudança no tom da política externa brasileira com o governo Lula da Silva (2002-2010), apresentando uma postura assertiva em torno da defesa da soberania e dos interesses nacionais, buscando alianças privilegiadas no Sul. Será nesse contexto que o Brasil buscará construir uma posição de maior protagonismo no Conselho de Segurança da ONU.

No início de 2001, uma nova crise política acontecia no Haiti. A vitória de Jean-Bertrand Aristide para um terceiro mandato em 2001, em um pleito que contou com menos de 10% do eleitorado haitiano, gerou uma onda de violência no país, com a oposição se recusando em reconhecer o resultado e clamando pela renúncia de Aristide. Nesse contexto, a oposição passa a liderar uma ofensiva armada contra o então eleito presidente haitiano, com as forças rebeldes tomando as cidades do Haiti no entorno de Porto Príncipe. Com os Estados Unidos e a França pressionando o presidente à renúncia, em 2004, Jean-Bertrand Aristide renuncia e se exila na República Centro-Africana. Após o ocorrido, o Conselho de Segurança das Nações Unidas cria a resolução 1542 de 2004, que solicita a criação de uma força internacional para assegurar a ordem e a paz no Haiti (OPOSIÇÃO, 2004).

3.2 O estabelecimento do MINUSTAH

O Haiti passava, à época, por mais um momento de turbulência política, com o fim da Dinastia Duvalier em 1986. Com Duvalier fugindo para a França, foram convocadas eleições no Haiti e Leslie Manigat foi eleito em uma eleição sob

acusações de fraude, assumindo a presidência em fevereiro de 1988 e ficando apenas quatro meses no poder, sendo deposto pelo General August Namphy, que antes de Manigat, havia exercido a presidência provisória após a fuga de Duvalier. Em menos de dois meses, um novo golpe de Estado ocorre no Haiti, depondo Namphy e estabelecendo o General Prosper Avil, Guarda Presidencial de confiança de Duvalier, como novo ditador, que permaneceu no cargo até dezembro de 1990, quando foram realizadas novas eleições, vencidas por Jean-Bertrand Aristide, que derrotou o candidato apoiado pelos EUA, Marc Bazin – ex-funcionário do Banco Mundial e alinhado ao neoliberalismo norte-americano (GÓIS, 2019).

Defensor da teologia da libertação, o padre Jean-Bertrand Aristide foi por muitos considerado o primeiro presidente democraticamente eleito do Haiti. No entanto, o padre ficou no poder apenas oito meses, sendo deposto em um novo golpe militar, com apoio dos Estados Unidos. O novo golpe de Estado no Haiti causou um massivo movimento migratório de haitianos para os Estados Unidos, fazendo com que a Casa Branca desistisse de apoiar a junta militar que derrubara Aristide e passasse a atuar pelo retorno do governo democraticamente eleito. Em 1993, o Conselho de Segurança da ONU cria a Missão das Nações Unidas no Haiti (MNUH), liderada pelo Canadá, com o objetivo de treinar as forças armadas haitianas e criar uma nova força policial, além de submeter o país a um bloqueio comercial como forma de pressionar os chefes militares haitianos a renunciarem (BEZERRA, 2016). Com o aval da ONU, os EUA invadem o Haiti e Aristide é reempossado em setembro de 1994, herdando uma economia destroçada pelo bloqueio comercial e convulsões internas. Com Aristide reempossado, a ONU encerrou o MNUH em 1995, porém em 1997, passados dois anos, uma nova missão é criada no Haiti: a Missão da Polícia Civil das Nações Unidas no Haiti (MIPONUH), liderada pela França, com o objetivo de auxiliar o governo haitiano na profissionalização da Polícia Nacional do Haiti, durando até 2000 (BEZERRA, 2016).

Apesar da crise política permanecer, o Haiti consegue realizar eleições democráticas entre 1994 e 2000. Contudo, já em 2004, com Aristide exercendo seu terceiro mandato como presidente do Haiti, uma nova crise política: sem consenso para a composição de um Conselho Eleitoral Permanente, Aristide passa a governar por Decreto, uma vez terminado os mandatos dos senadores. Com a revolta das forças rebeldes e a deposição de Aristide, uma nova missão no Haiti é criada pelo

Conselho de Segurança da ONU: A Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) (BEZERRA, 2016).

3.3. O Brasil Liderando o Minustah

Por décadas, o Brasil empenhou-se em se tornar um representante dos interesses latino-americanos nas Nações Unidas. Este comportamento foi visto pela primeira vez no final da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), com a criação da Liga das Nações. Buscando ser reconhecido internacionalmente como uma potência, o diplomata José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, defendia a tese que o Brasil deveria consolidar seu poder na América do Sul (BUENO; CERVO, 2002, p. 194). Com a lista de Membros Permanentes do Conselho da Liga das Nações restrito apenas às superpotências Alemanha, Estados Unidos, Reino Unido, União Soviética, Japão, Itália e França, tornar-se o único membro latino-americano a obter o status de membro definitivo da Liga das Nações tornou-se a principal ambição da política externa brasileira (BUENO; CERVO, 2002).

Posteriormente, com o final do Regime Militar (1964-1989), o Brasil tenta retomar seu relacionamento com a América Latina. O alinhamento contínuo com os Estados Unidos nas décadas anteriores havia arranhado a imagem do país na região (ALTEMANI, 2005). No entanto, é a partir do Governo Lula (2003-2011) que a América Latina passará a ter maior atenção na política externa. Com a expansão do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a criação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) em 2008, além da criação de alianças com outros mercados emergentes, o Brasil retoma sua posição de destaque no contexto regional e emergente frente aos países desenvolvidos. Além disso, será fortalecida a aliança com países do Sul Global, termo utilizado para definir os países periféricos do Sistema Internacional, sejam emergentes ou subdesenvolvidos. A chamada “Cooperação Sul-Sul”, refere-se a ajuda mútua ao desenvolvimento entre países do Sul Global (RAMALHO; WALRAF; MÜLLER, 2019).

Nesse contexto, o Brasil passa também a destacar-se na pauta dos direitos humanos, sendo membro ativo do Conselho dos Direitos Humanos da ONU. Eleito em 2003 para ocupar um assento não permanente no Conselho de Segurança pela nona vez com votação recorde, a obtenção de uma cadeira definitiva no CSNU passa a ser uma das principais metas do governo brasileiro para a política externa, recebendo o

apoio da China e Rússia. Acompanhando de maneira atenta, porém reativa, o problema de segurança no Haiti desde a década de 90, o Brasil aprovou, porém não participou da Resolução 1529 que criava uma força multinacional no Haiti para a estabilização da governabilidade no país (ZIEMATH, 2016). Dois meses depois, no dia 30 de abril de 2004, é criada a Resolução 1542 que estabelecia o MINUSTAH, esta contando com ativa participação brasileira. Diferente de sua antecessora, esta resolução era calcada em princípios que a política externa brasileira buscava promover, como a atuação conjunta com organismos internacionais, como a Organização dos Estados Americanos (OEA). Além disso, em contraposição a resolução anterior aprovada pelos Estados Unidos, o Brasil estabeleceu que a operação de paz deveria ter estratégias de desenvolvimento de longo prazo (ZIEMATH, 2016).

Embora tenha contado com a participação de 15 países de quatro continentes, o MINUSTAH teve como grande líder o Brasil. Ao longo dos 13 anos de ocupação no Haiti, a operação foi liderada majoritariamente por generais brasileiros. Dos 13 comandantes militares encabeçados para liderar a operação, onze eram brasileiros, sendo as duas exceções os generais chilenos Eduardo Altunate Herman e Jorge Peña Leva, que assumiram provisoriamente a operação em janeiro de 2006 e setembro de 2015, respectivamente, permanecendo em ambos os casos por menos de dois meses (LESSA, 2007).

De oficiais militares brasileiros a integrantes da Viva Rio, o engajamento do Brasil na causa do Haiti sempre foi justificado por uma suposta “afinidade cultural” entre os povos de ambos os países. Esta tese foi fortemente defendida por Rubem César Fernandes, co-fundador da Viva Rio.

Esta história ilustra um primeiro ponto que desejo destacar: a afinidade cultural, que sustenta a comunicação e o entendimento para além das palavras, deve ser valorizada na doutrina das operações de paz. Acredito que os sucessos obtidos pelas Forças Armadas brasileiras no Haiti foram em boa medida apoiados pelo substrato cultural formado pelo trânsito histórico que compartilhamos com os haitianos no Atlântico Sul (FERNANDES et al, 2017, p. 113).

Além das supostas afinidades culturais, algumas explicações apontavam fatores controversos para o papel de liderança do Brasil no MINUSTAH, como uma suposta adaptabilidade biológica e psíquica dos soldados brasileiros no ambiente social haitiano, o que geraria uma maior produção de hormônios anti-estresse de

soldados brasileiros em relação a soldados de outros países (BORBA; ARAÚJO, 2019, p. 161). Além disso, argumentos raciais também geraram polêmicas, como a descendência africana de origem escravocrata do povo haitiano e brasileiro, e que isso permitiria aos militares brasileiros uma maior facilidade em relação a militares de outros países (MENDONÇA, 2017).

Dentre a relação dos supostos fatores étnicos, raciais e culturais entre o povo haitiano e brasileiro, havia outros interesses políticos do Brasil na posição de liderança no MINUSTAH. O papel brasileiro na operação de paz foi importante para projetar internacionalmente o “Modelo Brasileiro de Pacificação”, que, segundo Kenkel (2018, p. 28) “alia a propensão brasileira para a negociação e a resolução pacífica de conflitos com o foco tradicional do país, tanto interno como na política externa, sobre o desenvolvimento econômico sustentável”. A promoção de trabalhos sociais liderados por organizações não-governamentais foi um dos principais elementos neste modelo, uma abordagem definida por Moestue e Muggah (2009, p. 78) como um “caso inovador da Cooperação Sul-Sul”, representando uma mudança considerável em relação às abordagens convencionais para promoção da segurança e estabilização.

Nesse contexto, a realização de uma partida amistosa entre Brasil e Haiti no primeiro ano de ocupação no país caribenho foi outra iniciativa importante na divulgação do Brasil como mediador de conflitos internacionais. No dia 18 de agosto de 2004 a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) promoveu um jogo benéfico entre as seleções brasileira e haitiana de futebol, no Estádio Sylvio Cator, em Porto Príncipe. Conhecido como “Jogo da Paz”, a partida foi uma ideia do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e, com a aprovação da CBF e da FIFA, contou com a atuação de 10 dos 11 jogadores titulares da Seleção Brasileira na conquista da Copa do Mundo FIFA de 2002 (RANGEL, 2004). O jogo foi uma profunda campanha de desarmamento no país, onde os ingressos eram obtidos trocando uma arma, e foi um sucesso internacional, com a CBF sendo agraciada com o Prêmio Fair Play da FIFA daquele ano (BARROS, 2017).

Sob essa imagem, o Brasil buscava se inserir internacionalmente na agenda de segurança internacional e ampliar sua participação nas decisões da política externa. O antigo interesse do Brasil em aderir um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU pode ter sido uma das razões para o engajamento do país na estabilização do Haiti. Chegar à paz no Haiti por meio de um modelo de pacificação

diferente do convencional seria uma maneira de mostrar às principais potências do mundo a força do Brasil na resolução de conflitos e mostrar estar pronto para assumir uma cadeira definitiva no Conselho de Segurança da ONU.

A conjuntura que impulsiona a internacionalização e a participação das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) brasileiras na Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento (CSSD) reflete os mesmos elementos que contribuíram para o ressurgimento da CSS como uma prioridade na política externa do Brasil: um contexto político e econômico propício. Diversos fatores positivos, abrangendo áreas como comércio, finanças e investimentos, além de melhorias nos indicadores sociais, têm respaldado o crescimento da economia brasileira nos últimos anos. Isso, por sua vez, tem possibilitado tanto ao governo brasileiro quanto ao setor privado repensar suas estratégias de inserção internacional. Essa reconfiguração visa não apenas a promover um papel mais ativo do Brasil no cenário global, mas também a diversificar seus mercados e parceiros comerciais. Neste novo panorama de integração global, a participação da sociedade civil brasileira, embora em estágio inicial, está gradativamente acompanhando a trajetória dos atores governamentais e do setor privado. Assim, a primeira variável destacada para a participação das OSCs brasileiras na CSSD é o ambiente político e econômico favorável à cooperação Sul-Sul em seu sentido mais abrangente (SCHMITZ, 2014). Nessa égide, Valler Filho (2007, p. 97) aponta que a ambição de obter uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU motivou o fortalecimento de laços na América Latina, conforme aponta,

O empenho do Itamaraty em promover e expandir a cooperação técnica prestada a países em desenvolvimento nos últimos anos conferiu credibilidade e confiança à atuação do Brasil, reforçou laços de amizade e ampliou a importância de sua imagem externa. Prova disso são as crescentes demandas por cooperação, em especial dos países da América Latina, do Caribe e da África, onde a cooperação Sul-Sul brasileira tem alcançado significativos resultados. (VALLER FILHO, 2007, p. 97).

Por outro lado, Seintefus (2014) alega que a ajuda ao desenvolvimento no Haiti favorecia a indústria armamentista brasileira sem que fosse necessário pôr em risco a vida dos militares brasileiros em ações de guerra. Por fim, Bezerra (2016) conclui que a participação brasileira reflete a política subimperialista praticada pelo país na América Latina, onde se destaca a exportação de capitais, tanto da indústria

armamentista quanto da construção civil, além da exploração do trabalho haitiano, que é particularmente benéfico para o setor da construção civil. Ele ainda destaca que há um interesse em expandir o mercado consumidor, todos esses fatores sendo ligados à acumulação de capitais imperialistas, apesar de haver uma certa autonomia na política expansionista.

Será com base nessas vantagens que o Brasil se engajará no MINUSTAH e assumirá o papel de líder da missão de paz da ONU.

4. O BRAÇO CIVIL DO MINUSTAH

Este capítulo será destinado para contar a história da Viva Rio, iniciada nos anos 90 como uma instituição de combate à violência no Rio de Janeiro até se tornar em uma das mais conhecidas organizações não-governamentais do Brasil. Posteriormente, será feito uma análise dos métodos de atuação da organização e suas principais ações ao lado das Forças Armadas Brasileiras no período do MINUSTAH.

4.1 Do Rio de Janeiro à Porto Príncipe

Na noite de 23 de julho de 1993, dois carros com a placa coberta pararam em frente à Igreja da Candelária, localizada no centro do Rio de Janeiro. Em seguida, seus ocupantes realizaram disparos contra dezenas de pessoas que dormiam em frente à igreja, resultando em 8 vítimas – sendo seis delas adolescentes – e dezenas de feridos, a maioria delas crianças e adolescentes. O acontecimento, que ficou conhecido como “A Chacina da Candelária”, deu início a uma onda de violência no estado do Rio de Janeiro (CANELLAS, 2021). No mês seguinte, em 29 de agosto de 1993, na comunidade de Vigário Geral, um grupo de extermínio arrombou as casas e executaram vinte e um moradores, um massacre que foi julgado pela Organização dos Estados Americanos (OEA) como um crime contra os direitos humanos (ZARUR, 2023).

Em meio à crise de segurança pública no estado, o antropólogo Rubem César Fernandes e o defensor dos direitos humanos, Herbert de Souza, criam no mesmo ano um movimento social no intuito de mobilizar e articular diferentes grupos e atores sociais em torno do problema da violência e da segurança. Ainda como um movimento embrionário, o grupo costumava promover passeatas pela paz nas ruas do Rio de Janeiro e campanhas a favor do policiamento comunitário e do desarmamento, sendo esta última uma das principais bandeiras do movimento em seus primeiros anos. As campanhas “Desarme-se”, lançada em 1994, e o “Reage Rio!”, de 1995, articulada junto com a Polícia Militar em resposta a onda de sequestros no RJ naquele ano levaram 400 mil pessoas as ruas (BERGIER, 2015).

A chegada de Fernando Henrique Cardoso à presidência em 1995 dá início a uma série de medidas para facilitar a criação de ONGs no Brasil. Ao se argumentar que certas ONGs poderiam ser vistas como entidades de interesse social, houve um

estímulo à transferência de recursos públicos por meio de colaborações entre o Estado e organizações da sociedade civil. Durante esse período, em determinadas situações, os processos de transferência de recursos ocorriam até mesmo sem a necessidade de licitação (GÓIS, 2019). A Viva Rio, com isso, passa a ampliar sua agenda com a criação de projetos como o Rio Limpo, onde voluntários limpavam as ruas da cidade, e o Comunidade Solidária, iniciativa do governo federal com objetivo de construir uma rede de proteção social, mobilizando pessoas e recursos para o desenvolvimento social de áreas carentes (GÓIS, 2019).

Com a diversificação de seus projetos, a Viva Rio passa a ser cada vez menos reconhecida como um mero movimento, e sim como uma entidade sem fins lucrativos. Em 1999, a empresa já contava como parceiros e colaboradores a rede de lojas C&A, a Prefeitura do Rio de Janeiro, a Coca Cola, o Instituto Unibanco, o Instituto Ayrton Senna, a UNESCO, o Ministério da Justiça, entre outras entidades. A organização, anteriormente criada com foco na violência urbana, em especial nas comunidades, passa a realizar campanhas dos mais variados temas, como saúde, educação, meio ambiente e até mesmo combate à dengue. Apesar da diversificação da agenda, a entidade não abandonou suas bandeiras iniciais: a Viva Rio foi em 2005 uma das principais vozes contra o armamento civil, em meio ao referendo sobre a proibição da comercialização de armas de fogo e munições, ocorrido no Brasil a 23 de outubro de 2005 (BERGIER, 2015). A derrota no pleito trouxe uma superexposição negativa da imagem da ONG, gerando um esvaziamento de capital que resultou em uma crise com mais de 80% dos funcionários da organização sendo demitidos (BERGIER, 2015). O golpe só seria superado com o convite da ONU para a ONG integrar as missões de paz no Haiti.

Apesar dos projetos de modernização da polícia militar, a ONG seguiu mantendo uma boa relação com órgãos da burocracia estatal. A relação próxima com o Estado e atores políticos foi, segundo Góis (2019), fundamental para o crescimento da Viva Rio nos anos 2000, ampliando a captação de recursos da entidade e expandindo suas áreas de atuação. As parcerias desenvolvidas com outras entidades foram fundamentais para o processo de internacionalização do Viva Rio. Marcando presença em diversas conferências da ONU, sobretudo na área relativa ao desarmamento e ao combate às drogas, a ONG fortaleceu sua relação com o órgão,

sendo efetuado o convite para o Viva Rio integrar a força de reconstrução da MINUSTAH (SCHMITZ, 2014).

Em 2006, a Viva Rio já era uma das ONGs mais respeitadas do país, prestando assessoria relacionada ao tema da segurança, para os governos da província de Buenos Aires, Moçambique, El Salvador e Angola. Foi nesse ano que Rubem César Fernandes, fundador da ONG, recebeu o convite da Seção de Desmobilização, Desarmamento e Reintegração (DDR) da ONU para auxiliar as Forças Armadas do Brasil no Haiti (FERNANDES et al, 2017). A entidade, que desde 2004 já prestava pesquisas e consultorias na região de Grande Bel-Air, em Porto Príncipe, passa, pela primeira vez, a realizar projetos próprios fora do Brasil, inaugurando em 2007 o centro comunitário Kay Nou, que concentra diversas atividades educativas, culturais e esportivas, além de cursos profissionalizantes e formação de lideranças comunitárias para a mediação (VIVA RIO, 2024). Em 2004, a ONG foi consultada pelo militar irlandês Desmond Molloy, que comandava o DDR à época. Ao contrário de outros países sob missões de paz da ONU, o Haiti não estava em guerra, mas tampouco em paz. Em um caso semelhante ao que a ONG vivenciava no Rio de Janeiro, as comunidades de Porto Príncipe estavam tomadas por grupos armados, com as forças do MINUSTAH tendo dificuldade em adentrar nestes bairros. A Viva Rio, com sua experiência adquirida nas favelas do Rio de Janeiro, passa a ser um importante instrumento para a aproximação das forças armadas com estes grupos armados (FERNANDES et al, 2017).

4.2. O Haiti como vitrine para a Viva Rio

O convite para atuar no Haiti ao lado das Forças Armadas do Brasil trouxe uma nova identidade a Viva Rio. Anteriormente atuando apenas no Rio de Janeiro, a expansão de suas atuações no Haiti trouxe mais visibilidade a ONG e permitiu utilizar o país caribenho como laboratório de experiências de ações sociais e medidas de segurança para posteriormente serem adotados no Brasil, e vice-versa. A presença no MINUSTAH deu visibilidade internacional para os projetos da ONG e colocou a Viva Rio em uma espécie de vitrine (GÓIS, 2019). Rubem César Fernandes (2017, p. 115) declarou o período entre 2007 e 2009 como “o mais feliz da ONG”.

Desde sua chegada ao Haiti, a Viva Rio, autodeclarada como empresa social, esteve estreitamente conectada a MINUSTAH, atuando em seus primeiros anos como assessoria aos integrantes da missão de paz, e expandindo, posteriormente, suas operações para os bairros de Bel-Air e Cité Soleil, favelas localizadas em Porto Príncipe com altos índices de violência. A proximidade pode ser demonstrada, ainda, através de diversas declarações do fundador da Viva Rio, Rubem César Fernandes, sempre exaltando o trabalho das Forças Armadas brasileiras durante a missão de pacificação em Porto Príncipe. Fernandes (2017) elogiou o modelo de combate à violência das tropas da ONU nas favelas do Haiti e seu trabalho de capacitação da Polícia Nacional do Haiti no MINUSTAH. Com o apoio das forças de paz da ONU, a ONG brasileira estabeleceu sua sede na região de Grande Bel-Air, à época, zona classificada como “vermelha” pela ONU e de acesso restrito a civis ligados ao MINUSTAH (FERNANDES, 2017).

Os primeiros trabalhos da Viva Rio no Haiti foram em parceria com o DDR, prestando consultoria e pesquisas com foco em entender a “racionalidade” envolvida no uso da violência pelos grupos armados (GÓIS, 2019). Em julho de 2006, a Viva Rio participou das discussões da Declaração de Genebra sobre Violência Armada e Desenvolvimento, na Suíça, ao lado de outras ONGs. O evento foi uma iniciativa do governo suíço de ampliar o desenvolvimento sustentável no mundo por meio de estratégias de controle e redução da violência armada. Estas participações permitiram a ONG criar uma grande rede de contatos próxima as elites da indústria da ajuda humanitária, como doadores, agências estatais, empresas e seções das Nações Unidas (GÓIS, 2019).

Principal programa desenvolvido pela ONG no Haiti, o Tambor da Paz teve início em 2007 como uma estratégia de inserção na comunidade de Bel Air, de forma a ganhar a confiança da população local para conseguir mediar os conflitos na comunidade. O objetivo principal do programa era traçar um diagnóstico das estruturas de poder local para posteriormente negociar acordos de paz com lideranças comunitárias popularmente reconhecidas e já legitimadas na região (MOESTUE; MUGGAH, 2009, p. 93).

Em resumo, funcionava assim: (i) os militares apertavam os líderes em conflito; (ii) o Viva Rio conversava com as partes e propunha medidas de reconciliação, a exemplo de incentivos para a comunidade sob a forma de bolsas de estudo para crianças e jovens, que eram sorteadas em praça pública, com o uso do “Tambor da Paz”; (iii)

apertados pelo Exército e estimulados pelos benefícios da pacificação, os líderes em conflito negociavam a sua adesão ao acordo; e (iv) o acordo era celebrado formalmente pela CNDDR, órgão do Governo, com a presença dos líderes em conflito, outros líderes comunitários como testemunhas, representantes do Exército Brasileiro, da Polícia Nacional do Haiti (PNH), do DDR da MINUSTAH (depois “Redução da Violência Comunitária” – RVC) e do Viva Rio (FERNANDES et al, 2017, p. 114).

O “aperto” dos militares nos líderes em conflito foi um termo usado por Fernandes para tratar do uso da violência por parte da tropa brasileira empregada contra as lideranças do bairro. A partir disso, o programa estabelecia um sistema de premiação aos membros da comunidade a cada mês sem mortes violentas, normalmente, na forma de bolsas de estudos para crianças e adolescentes, também sendo sorteados eletrônicos como laptops e motocicletas. Caso a taxa de homicídios no bairro registrasse queda, eram realizados festas e shows com artistas locais, onde realizavam os sorteios para escolher os premiados. Essas bonificações eram, para a ONG, uma forma de incentivar as lideranças das bases comunitárias a serem corresponsáveis pelo desenvolvimento e difusão de uma cultura de não-violência entre os moradores do bairro. (BORBA, 2019).

Fernandes (2017) acredita que o plano foi um resultado consistente com a doutrina do “Braco Forte, Mao Amiga”, combinando a repressão severa as forças em conflito, com a abertura de um caminho de pacificação, oferecendo benefícios que “embora modestos, sinalizavam, com as bolsas de estudo, a esperança num futuro melhor”. O Tambor da Paz foi, portanto, uma combinação de medidas de violência, realizadas pelos militares, e ações sociais liderados pela Viva Rio. É importante ressaltar que, antes da organização propor as medidas de reconciliação entre as partes beligerantes, era necessário o uso da força pelo exército.

Diversos outros projetos da Viva Rio em Bel-Air também receberam apoio dos agentes da ONU. A campanha “Bel Air Verde” obteve o apoio de mais de 36.000 moradores e de Luiz Carlos da Costa, brasileiro que ocupava o segundo comando da MINUSTAH na época. Além disso, as experiências desenvolvidas em Bel Air e Cité Soleil levaram à criação de um novo modelo de ação, denominado “Redução da Violência Comunitária (RVC)”. Este programa tinha como objetivo desenvolver um novo modelo de abordagem em contextos urbanos de conflito e contou com a liderança de William Gardner, um destacado membro da MINUSTAH. Este modelo

tem sido estudado e replicado em outras operações de paz da ONU (FERNANDES, 2017).

No final de 2009, a ONU planejava uma estratégia para a saída das forças militares da MINUSTAH do Haiti, quando às 16h53 do horário local (21h13 UTC) do dia 12 de janeiro de 2010 um abalo sísmico de magnitude 7,0 Mw na Península de Tiburon, a 25 km da capital haitiana, interrompeu o plano. A catástrofe teve um saldo de 220 mil mortos, 300 mil feridos, e mais de um milhão de desabrigados, além de um impacto forte sobre a já frágil economia do Haiti (VIZIA; GARCIA, 2011). O caos deu início a uma segunda fase do MINUSTAH: reconstruir o país da tragédia.

Nos dias seguintes, o país recebeu um grande fluxo de doações e ativistas de diferentes partes do mundo para prestar socorro às vítimas. Essas doações forçaram o Exército Brasileiro a adotar o papel de escoltar e garantir a segurança dos voluntários (GÓIS, 2019). Enquanto isso, a Viva Rio ampliou seu papel no Haiti, trabalhando na distribuição de alimentos, distribuição e purificação de água, coleta de lixo, construção de barracas e construção de toaletes, contando com a segurança e a logística do MINUSTAH (FERNANDES, 2017).

Embora tenha conseguido reduzir substancialmente a violência na favela de Bel-Air entre 2006-2010, o terremoto de 2010 irá gerar uma nova explosão de homicídios em Porto Príncipe. Conforme visto na Figura 3, a Viva Rio de fato conseguiu reduzir em 50% os homicídios por 100 mil habitantes no triênio 2006-2009, que, após 2010, irá saltar para 49. Este crescimento se deve a eclosão de uma série de guerras entre organizações criminosas de Bel-Air nos anos de 2010, 2011 e 2012, resultando no crescimento da taxa de homicídios e assaltos na região (BRAUM, 2014).

FIGURA 3 – Taxa de homicídio em Bel Air (2006-2011)

Ano	Taxa por 100 mil habitantes
2006	32
2007	22
2008	16
2009	19

Fonte: Viva Rio, 2011.

2010	49
Até setembro de 2011	19
1988	147

O crescimento da violência em Bel-Air após o terremoto de 2010 expôs a perda de protagonismo por parte da Viva Rio nas comunidades do Haiti. Novas organizações criminosas surgiram, e as relações da ONG com as antigas lideranças comunitárias já não tinham mais o mesmo efeito de antes na redução da violência (KOLBE; MUGGAH, 2012). A perda de relevância da Viva Rio em Bel-Air ficara tão evidente que a organização se viu obrigada a realizar pagamentos para as novas lideranças para conseguir seguir tocando seus projetos na comunidade (ARAÚJO; BORBA, 2020). A ONG restava agora o apoio das tropas brasileiras para seguir atuando no Haiti.

Em meio as tentativas de reconstruir o país, a atuação das forças armadas no Haiti e da comunidade internacional passou a ser objeto de críticas. À época representante da Organização dos Estados Americanos (OEA) no Haiti, o brasileiro Ricardo Seintenfus foi destituído do cargo por criticar a operação. Em entrevista a jornalista Fabrícia Peixoto, declarou:

E sobretudo, temos que pensar que o desenvolvimento do Haiti tem que ser feito pelos haitianos. Se a gente imagina que pode fazer isso por meio da Minustah e por meio das ONGs, nós estaremos enganando os haitianos e enganando a opinião pública mundial (PEIXOTO, 2010).

O terremoto também fortaleceu a relação da ONG com seus doadores, especialmente com a Noruega, país cujo governo tradicionalmente financia diversos projetos sociais ao redor do mundo, especialmente na área da redução da pobreza e meio-ambiente. Além do governo norueguês, a ONG tinha dentre seus principais financiadores das atividades da organização no Haiti o governo canadense – que permaneceu como parceiro da Viva Rio no Haiti até meados de 2013 –, além do orçamento da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH). Após o terremoto de 2012, a Viva Rio estabeleceu uma conta para doações no Banco do Brasil (BB) para angariar fundos (SCHMITZ, 2014). Embora haja uma variedade de grupos e agências que financiam o Viva Rio, na sua atuação no Haiti, o patrocínio do governo da Noruega e do MINUSTAH sempre foram fundamentais para realização

de suas ações em Porto Príncipe. A imprevisibilidade dos financiamentos tem levantado questionamentos por parte de alguns doadores bilaterais, ONGs internacionais e algumas Organizações da Sociedade Civil (OSCs) nacionais sobre a capacidade de comprometimento de longo prazo do Viva Rio em relação ao Haiti (SCHMITZ, 2014).

Nesse contexto, nos primeiros dias pós-terremoto, a Noruega enviou para sede da Viva Rio em Porto Príncipe 45 toneladas de equipamentos, incluindo dois purificadores de água móveis e quinhentas tendas com capacidade para abrigar dez pessoas em cada uma. Em abril de 2010, uma comitiva norueguesa formada por integrantes da ONG Norwegian Church Aid (NCA), representantes de governo e o ministro norueguês de ajuda internacional foram até a sede da Viva Rio em Bel Air acompanhar o funcionamento da ONG (GÓIS, 2019).

No caso do Canadá, a principal preocupação da colaboração era a segurança no Haiti. Em novembro de 2017, a Viva Rio, em parceria com a polícia nacional haitiana, lançou o projeto Blue, Red and Green, que visava estreitar os laços entre a população e as forças de segurança. Financiada pelo governo canadense, o projeto tinha como meta envolver os moradores de áreas empobrecidas e violentas nas atividades e decisões da polícia. Além disso, os policiais haitianos recebiam treinamento para oferecer um atendimento mais eficaz e acolhedor à comunidade. A iniciativa pretendia estabelecer um canal de comunicação positivo entre a polícia e os residentes (NOVOS, 2017).

Enquanto encontrava nesses governos seu principal apoio financeiro, a ONG contava com o apoio operacional das Forças Armadas Brasileiras no Haiti. A presença das tropas da ONU foi essencial para garantir a segurança dos integrantes da Viva Rio no Haiti. Essa aliança será objeto de análise por parte de interventores internacionais e locais. Por exemplo, algumas agências civis da ONU e outras ONGs irão argumentar que a relação próxima da Viva Rio com o MINUSTAH prejudica a redução da violência no país caribenho porque o relacionamento operacional envia mensagens contraditórias, e que a ONG atua como cúmplice do Exército Brasileiro, estando diretamente conectada aos militares (MOESTUE; MUGGAH, 2009). Além disso, habitantes de Bel-Air acusam a Viva Rio de passar o nome dos criminosos para as autoridades internacionais, à medida que protege outros líderes de comunidade que possui melhores relações com a ONG (MOESTUE; MUGGAH, 2009).

A “relação especial” entre a ONG e o Exército Brasileiro não quer dizer que não tenha havido desentendimentos entre ambas as partes. Por exemplo, em dezembro de 2008, a Viva Rio contratou um advogado para garantir a liberação de um líder local acusado de tráfico de drogas pelo MINUSTAH (MOESTUE; MUGGAH, 2009). Apesar disso, a relação civil-militar entre a Viva Rio e agentes do MINUSTAH será, na maior parte do tempo, benéfica para ambas as partes.

4.3. O Modelo Brasileiro de Pacificação

A missão no Haiti foi a maior operação internacional envolvendo as Forças Armadas brasileiras, deixando de ser meramente uma questão de segurança, mas decorrente da decisão governamental que faz parte da implementação de uma política voltada para um maior protagonismo internacional. A crise no Haiti permitiu ao Brasil apresentar uma nova abordagem às demais nações, argumentando que a cooperação com países em condições similares reforçaria o papel institucional do país. Como um membro significativo da ONU com influência política e econômica na região, o Brasil está em posição de aumentar sua contribuição para a manutenção da paz, particularmente nas áreas ao seu redor (CARDOSO JR, 2010).

A atuação Viva Rio ao lado da MINUSTAH representou, na teoria, um modelo de pacificação diferente da abordagem convencional, envolvendo não apenas o uso da força legítima pelas tropas da ONU, mas também um braço civil responsável por liderar ações sociais e dar consultoria às forças da missão de paz. A proximidade física e social com agentes e redes locais capacitava a ONG para fazer a mediação entre uma ampla gama de atores, de modo a “catalisar” a integração social nas comunidades. Em síntese, o papel de uma ONG como o Viva Rio na complexa engrenagem de uma missão de paz era integrar segurança e desenvolvimento local, tanto em nível micro, dentro das comunidades, como em nível meso, entre os agentes estrangeiros atuantes no país. Nesse contexto, o General André Mendonça (2017, p. 54) destaca a combinação dos esforços de diferentes atores armados e não armados, como as tropas da ONU, a Polícia Haitiana, órgãos civis da ONG, organizações governamentais e até mesmo organizações da iniciativa privada, com destaque especial para a Viva Rio. No relatório elaborado por Moestue e Muggah (2009), as ações da Viva Rio foram vistas como essenciais para o modelo de pacificação brasileiro.

De acordo com essa visão, a abordagem brasileira oferece uma alternativa promissora, pelo fato do Brasil, diferente dos países da OCDE, não carregar o peso de um passado colonial (GÓIS, 2019). Sob essa ótica, justifica-se o engajamento brasileiro seja guiado mais por valores compartilhados, como democracia, direitos humanos, desenvolvimento sustentável, princípios de solidariedade e afinidades culturais, e menos por fortes interesses econômicos (CARVALHO; MUGGAH, 2011).

Sob essa parceria, o Brasil construía internacionalmente a imagem de seu modelo de pacificação. A ênfase em projetos sociais retirava o foco do caráter militar do MINUSTAH, passando a ideia de uma intervenção respeitosa e não truculenta com a população local. Esta narrativa serviu para construção da ideia de que o Modelo de Pacificação Brasileiro se diferenciava de outras operações de paz. Ao trazer a Viva Rio para atuar em cooperação com atores militares, sustentou-se que o Brasil buscava a construção da paz por meio da resolução pacífica de conflitos, e não com base na militarização. A Viva Rio, uma organização com certo reconhecimento internacional e credibilidade, vendeu ao mundo externo a ideia de que os objetivos brasileiros no Haiti estavam relacionados por princípios humanitários. A controversa alegação a respeito de supostas “afinidade cultural, social e étnica” frequentemente citada por atores brasileiros, sejam militares, sejam civis, criava uma identificação cultural entre brasileiros e haitianos, o que servia para argumentar que o Brasil tinha uma capacidade maior de entender e lidar com os problemas haitianos quando comparado a outros países.

Pode-se dizer que construção do Modelo Brasileiro de Pacificação estava relacionado ao interesse brasileiro em aumentar sua participação no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Ocupando um assento não-permanente no CSNU no biênio de 2003 e 2004, período que foi iniciada a missão de paz no Haiti, o Brasil poderia passar a alçar objetivos maiores no conselho caso liderasse uma operação de pacificação bem-sucedida no Haiti. O Brasil teria obtido uma grande vitória política na ONU caso conseguisse restaurar a ordem social no Haiti, estabelecer o desenvolvimento institucional e econômico, com eleições periódicas transparentes e reconhecidas, desarmar as organizações criminosas e guerrilhas de Porto Príncipe e promover a melhora dos índices sociais haitianos. Teria sido uma vitória contra as operações de paz tradicionais lideradas pelas grandes potências anteriormente no Haiti, que seguidas vezes fracassaram em reestabelecer qualquer

tipo de progresso econômico, político ou social de médio prazo na ilha caribenha com seus modelos de pacificação. Seria um país emergente mostrando as grandes potências do Conselho de Segurança da ONU que o modelo de operações de paz difundidos por esses países estavam errados, e que o Brasil sim teria um modelo que de fato promovesse a paz.

A principal crítica brasileira aos Estados Unidos na Resolução 1529 - que criou uma força multinacional no Haiti para a estabilização da governabilidade no país - seria de que a operação não tinha estratégias que buscassem o desenvolvimento institucional e social a longo prazo do Haiti, conforme abordado anteriormente. Isso ficou estabelecido posteriormente, com a Resolução 1542, que criou o MINUSTAH. A Resolução 1542 contava com uma das principais pautas defendidas pelo Brasil no processo de criação do Conselho de Construção da Paz (CCP)⁸ à época: o reforço das instituições multilaterais democráticas em prol do desenvolvimento econômico como instrumento garantidor da estabilidade (ZIEMATH, 2016). Enquanto as cinco nações permanentes do CSNU buscavam subordinar o CCP ao CSNU, mantendo-a sob seu controle, o Brasil defendia que o conselho deveria ser o mais multilateral possível. O Brasil, no biênio 2003-2004 que esteve como membro não-permanente do Conselho de Segurança da ONU, buscou adotar uma posição autônoma que colocou ao menos três vezes o Brasil em dissonância com os Estados Unidos, e ao menos uma vez em dissonância com os cinco membros permanentes, na Resolução 1645 (ZIEMATH, 2016).

A Resolução 1542 que criou o MINUSTAH refletia o que vinha sendo a postura do Brasil no CSNU em 2003 e 2004, que buscava promover os seus princípios na política internacional, ainda que precisasse criticar grandes potências. Dentre as diferenças para a resolução proposta pelos Estados Unidos, destacam-se esforço do Brasil em integrar organismos regionais, especialmente a OEA, nas operações da MINUSTAH para estabilizar o Haiti. Em respeito ao princípio da não intervenção, a expressão “atuando de acordo com o capítulo VII da carta da ONU” foi removida do início da resolução, evitando a impressão de ingerência externa. Após controvérsias com os EUA, essa expressão foi mantida apenas no artigo que define o mandato da MINUSTAH em relação à estabilidade política. Além disso, foi removida uma frase que

⁸ Órgão consultivo intergovernamental das Nações Unidas, com mandato de aconselhamento para a Assembleia Geral das Nações Unidas e o Conselho de Segurança da Onu e que apoia os esforços de paz em países afetados por conflitos ou em situação de pós-conflito.

contava na Resolução 1529 que dizia que deveriam ser adotadas “todas as medidas necessárias”, reforçando o respeito à soberania haitiana. Por fim, em contraste com a proposta de intervenção breve dos EUA, o Brasil enfatizou a necessidade de estratégias de desenvolvimento a longo prazo nas operações de paz, conforme mencionado no parágrafo 14 da resolução (ZIEMATH, 2016).

O Haiti serviu, portanto, como um grande teste para o Brasil expor a possibilidade de estabelecer a paz e estimular o desenvolvimento sem a necessidade da militarização excessiva empregada pelos EUA. O fato de o Haiti não ser objeto central para os interesses dos cinco membros permanentes do CSNU daria ao Brasil maior liberdade para implementar seu modelo. Assim era implementado o Modelo Brasileiro de Pacificação.

No entanto, o Modelo Brasileiro de Pacificação, na prática, pouco se diferenciava de missões de paz convencionais. Cardoso Jr. (2010, p. 481), à época coordenador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) admitiu o uso da força coercitiva nas favelas de Porto Príncipe, em especial na favela de Bel-Air, principal reduto de atuação da Viva Rio “O uso da força foi necessário, principalmente, nas atividades de segurança nas comunidades de Bel Air e Cité Soleil”. A declaração do General Augusto Heleno em 2007 de que o MINUSTAH é uma missão de imposição de paz enfraquece a tese brasileira (BARROS, 2017).

Ao longo da missão de paz, o Brasil recorreu a velhas narrativas comuns entre as potências para justificar intervenções em outros países. Essas narrativas geralmente buscam dar um caráter messiânico a operação, motivadas por razões altruístas, como ‘levar democracia’, ‘eliminar o terrorismo’ e ‘libertar a população’ das mais diversas mazelas, escondendo as violências e abusos cometidos durante as intervenções. No caso do Brasil, foi explorada a existência de supostos laços culturais para justificar a intervenção brasileira no Haiti. Chama a atenção essa alegação também ter sido utilizada para justificar a participação brasileira em uma missão de pacificação em Guiné-Bissau, que ocorria no mesmo biênio de 2003-2004, quando o Brasil esteve como membro não-permanente do CSNU (ZIEMATH, 2016). Na ocasião, haviam de fato mais semelhanças culturais e históricas entre ambos os países, colonizados por Portugal, do que no caso do Haiti.

Ao mesmo tempo, apesar de tratar de uma organização não-governamental, a Viva Rio manteve, no Rio de Janeiro e no Haiti, uma relação estreita com as forças de

segurança, seja das Forças Armadas, seja da polícia nacional. Essa colaboração permitiu a Viva Rio adentrar em territórios tomados por facções e ganhar a confiança da população. No entanto, conforme já abordado anteriormente, projetos como o Tambor da Paz envolviam uso da força militar, algo reconhecido por Fernandes (2017, p. 114), fundador da ONG. Ao utilizar da força repressiva advinda do Exército Brasileiro sobre as lideranças comunitárias para instituir seus programas, a Viva Rio tornou-se basicamente um braço civil do Brasil no MINUSTAH. Contou, inclusive, com o orçamento da MINUSTAH entre as suas fontes de financiamento no período da operação (SCHMITZ, 2013).

Ter levado consigo uma ONG brasileira, que compartilha de valores semelhantes aos defendidos pelo Brasil no que diz respeito a paz internacional, para integrar a missão de paz é algo de fato inovador. Diferenciaria o MINUSTAH de outras missões de paz e seria útil para comprovar que o Modelo de Pacificação Brasileiro não se tratava meramente de uma intervenção militar comum, que tentava impor a paz por meio da força, e que o Brasil estava de fato disposto a promover uma missão de paz de caráter humanitário, e não militar. A combinação da força militar com entidades filantrópicas não era algo relativamente novo para o Brasil e muito menos para a Viva Rio, que utilizaram dessa técnica nas comunidades no Rio de Janeiro anos antes (ARAÚJO; BORBA, 2020).

A participação da Viva Rio no MINUSTAH, no entanto, não foi suficientemente capaz de construir um modelo inovador de pacificação. Pode ter ajudado a transmitir internacional a imagem que o Brasil queria passar da missão de paz, mas que na prática, se tratava das mesmas operações de paz que o país criticara no Conselho de Segurança no biênio de 2003-2004. Dentre as controvérsias envolvendo militares e civis que trabalharam no MINUSTAH, estão denúncias de assassinatos, estupros e de até mesmo ter reintroduzido uma epidemia de cólera no país (MACEDO, 2021). A Viva Rio, que teria o papel de dar um caráter mais humanitário a missão de paz, na realidade, utilizou e se beneficiou do aparato militar brasileiro, e todas suas controvérsias, para realizar seus projetos. Nesse caso, embora a Viva Rio e o Exército Brasileiro não tenham atuado ao todo como uma única instituição, ambos serviram como uma peça importante um para o outro.

No dia 15 de outubro de 2017, 13 anos após ser aprovado no CSNU a Resolução 1549 que estabelecia a missão de paz no Haiti, o MINUSTAH encerrava-

se de forma oficial, sendo em seu lugar substituída pela Missão das Nações Unidas para o Apoio à Justiça no Haiti (MINUJUSTH). Ainda que o fundador da Viva Rio, Fernandes (2017) e membros das Forças Armadas Brasileiras descrevam a operação como bem-sucedida, essa visão não é compartilhada por significativa parcela da população haitiana, que criticaram os soldados brasileiros pelo uso excessivo da violência. Para Macedo (2021), o MINUSTAH não foi capaz de consolidar valores como democracia e direitos humanos e as condições de vida da população não apresentaram significativa evolução, tendo vivenciado em seus anos finais a expansão do crime organizado por Porto Príncipe.

Sem mais as tropas da ONU, o Haiti voltou, em poucos anos, a um status semelhante ao vivenciado em 2004. Atualmente, estima-se que 90% de Porto Príncipe esteja dominado por facções criminosas, com o Estado haitiano tendo pouca ou até nenhuma autoridade em determinadas regiões de Porto Príncipe (INSIGHT, 2021). A relevância do poder paralelo no Haiti é tamanha que políticos acabam aliando-se as gangues, ao invés de combatê-las, gerando conflitos entre gangues apadrinhadas por políticos opositores (QUEM, 2024). O assassinato do presidente Jovenel Moïse em 7 de julho de 2021 foi mais um capítulo na história de um país que, entre crises políticas e ocupações militares estrangeiras, está longe de ver a paz.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa buscou analisar a atuação da Viva Rio no contexto do MINUSTAH de modo a compreender como coletividades não-estatais, como ONGs, podem adquirir um papel político em missões de paz. Além disso, buscou compreender como o pretexto da ajuda humanitária pode, em muitos casos, dificultar a reconstrução econômica e política em Estados falidos, tornando-o dependente das doações feitas pela comunidade internacional e impossibilitando um desenvolvimento sustentável capaz de promover melhoras nas condições de vida da população.

Nesse contexto, entender a complexidade da situação econômica, política e social no Haiti é o primeiro passo para entender a razão para os fracassos nas tentativas de reconstrução do país ao longo de sua história, incluindo o MINUSTAH. Não se pode creditar os problemas haitianos a uma crise específica ou um dado momento histórico. O retrato atual no Haiti é fruto de um processo construído ao longo de seus 220 anos, iniciado no seu processo de independência. Por esta razão, esta dissertação não buscou propor qualquer tipo de solução para este problema, muito menos apontar o que poderia ter sido feito de diferente nos erros que tornam, hoje, o Haiti em um Estado falido.

Por essa razão, o primeiro capítulo se dedicou apenas a compreender a história do Haiti, desde sua colonização até 2004. Com o auxílio da teoria pós-colonialista das Relações Internacionais, percebe-se que o Haiti, uma república formada por escravos libertos que se rebelaram contra a lógica colonialista ocidental, foi boicotado pela comunidade internacional desde sua concepção. Sem o reconhecimento das principais nações à época e sob embargo comercial, o Haiti se viu obrigado a indenizar a Metrópole francesa em busca de reconhecimento internacional, culminando em uma vultuosa dívida externa que viria a comprometer por décadas o futuro econômico do país.

Desde então, o Haiti vive uma crise geral jamais superada. Ao longo de seus 200 anos, foram ao menos 30 tentativas de golpes de Estado, além das mais diversas ocupações estrangeiras ao longo do século XX e XXI em tentativas de restaurar a ordem no país. A compreensão desse histórico é fundamental para analisar as ações do MINUSTAH e seu legado no Haiti. Julgar o sucesso ou fracasso da operação é relativo ao recorte histórico e ao ponto de vista analisado. Embora integrantes do Exército Brasileiro e da Viva Rio tratem a operação como um sucesso de acordo com os objetivos brasileiros, a abordagem aqui utilizada levará em consideração o legado do MINUSTAH em relação aos dois séculos de instabilidade política no Haiti.

A pesquisa feita ao longo deste trabalho mostrou que o MINUSTAH foi capaz de restaurar momentaneamente a ordem social no Haiti após a deposição de Aristide.

O Capítulo 4, que analisou as ações conjuntas das tropas da ONU com a Viva Rio mostram que, ao menos até 2010, a comunidade de Bel-Air, principal foco dos conflitos armados em Porto Príncipe, registrou quedas contínuas no número de homicídios, além do trabalho de capacitação da Polícia Nacional do Haiti pelas Forças Armadas. Posterior ao terremoto de 2010, o MINUSTAH foi importante para a prestação de serviços básicos e no resgate de sobreviventes. No entanto, apesar da tentativa de se diferenciar das operações de paz convencionais, o MINUSTAH foi incapaz de alterar significativamente o cenário sociopolítico no Haiti. Tão logo o encerramento da operação em 2017, o cenário no Haiti pouco mudou em relação a 2004, com o aumento de conflitos armados entre gangues e guerrilhas dos mais variados espectros políticos.

Compreender o legado do MINUSTAH fica ainda mais complexo quando se considera que o Haiti já havia passado por outras quatro missões de paz entre 1993 e 2004, que, assim como a missão liderada pelo Brasil, foram capazes apenas de restaurar a ordem momentaneamente. As frequentes intervenções externas fazem parte da realidade política haitiana, e, na maior parte dos casos, eram realizados visando atender interesses do interventor, e não do Haiti. O Capítulo 2 abordou as diferentes intervenções militares dos Estados Unidos no país caribenho ao longo do século XX, que visavam atender os objetivos da política externa americana: manter o país sob sua esfera de influência na Guerra Fria, implementar políticas econômicas favoráveis a suas multinacionais, reduzir a migração desenfreada de haitianos aos EUA ou apenas derrubar um governante com ideais demasiadamente à esquerda política.

No caso do Brasil, a mudança nos rumos da política externa nacional na virada para o século XXI fez o país buscar por maior protagonismo na discussão da segurança nacional, defendendo a multilateralidade do Conselho de Segurança das Nações Unidas e criticando as operações de paz lideradas pelos membros permanentes do conselho. Em meio a ascensão emergente na América Latina em um momento que os Estados Unidos deixavam problemas entre seus vizinhos de lado para combater o terrorismo no Oriente Médio, o Brasil teve, no Haiti, a oportunidade de enfim colocar em prática o seu modelo defendido para a pacificação.

A atuação conjunta entre organizações civis e militares acabara ficando como a principal imagem do Modelo Brasileiro de Pacificação. Amplamente reproduzido por

atores estatais e não-estatais, os termos “afinidade cultural”, “solidariedade” e “cooperação” foram usados para humanizar uma operação de caráter militar no Haiti. A ideia de criar uma missão de paz de caráter humanitário foi reforçada pela participação de uma entidade civil e privada na operação, a Viva Rio. Além da cooperação técnica com o Exército Brasileiro, os projetos sociais da Viva Rio implementados em Porto Príncipe buscavam reduzir a necessidade do uso da força militar e reforçavam a ideia de que a proposta brasileira para a construção da paz no Haiti teria preocupações de longo prazo com o país.

No entanto, apesar da crítica aos modelos tradicionais de pacificação defendido pelas grandes potências, como os Estados Unidos, e as tentativas de se diferenciar dos modelos de intervenções aplicados anteriormente no Haiti, o Modelo de Pacificação Brasileiro não apresentou grandes diferenças em relação aos modelos tradicionais. O Brasil encerrara sua primeira missão de paz liderada na ONU sob graves acusações de violações de direitos humanos envolvendo membros militares e civis do MINUSTAH, por crimes que vão desde uso exacerbado da força repressiva a assassinatos e estupros.

Nesse contexto, a Viva Rio estava, na maior parte do tempo, prestando assistência ao Exército Brasileiro nas suas ações, assim como contando com o apoio do projeto para a implementação de seus projetos. Conforme abordado ao longo desta dissertação, o projeto “Tambor da Paz” implementado pelo Viva Rio na comunidade de Bel-Air envolvia, antes de sua implementação, o uso da força repressiva por parte das Forças Armadas Brasileiras sob os líderes da comunidade, conforme a interpretação deste autor a respeito das declarações do fundador da ONG, Rubem César Fernandes, sobre o projeto. Sem este apoio, a ONG dificilmente teria conseguido se infiltrar em comunidades sob domínio de grupos armados com tamanha facilidade. Uma vez dentro das favelas haitianas, a Viva Rio poderia cooperar com o Exército Brasileiro em áreas dominadas pelo crime organizado, especialmente com informações que estariam fora do alcance das forças militares, como sobre as lideranças comunitárias e os modos de operação das gangues locais.

O papel da Viva Rio foi muito mais de legitimação do que de pacificação. Enquanto o Exército Brasileiro assumia a responsabilidade de pacificar as comunidades de Porto Príncipe, a Viva Rio tirava o foco das ações promovidas pelo Exército por meio de seus projetos humanitários, como se induzisse que a violência

fosse um mal necessário para a pacificação do Haiti, onde a implementação de projetos sociais só seriam possíveis com o uso da força.

A importância da Viva Rio para a construção do Modelo Brasileiro de Pacificação fica ainda mais evidente quando se analisa a história da ONG. Conforme visto no Capítulo 4, a Viva Rio conseguiu uma grande reputação no Brasil e internacionalmente assumindo uma postura cooperativa com as instituições públicas, e não combativa. Quando ainda era uma organização voltada ao combate à violência no Rio de Janeiro, a Viva Rio se destacava pelo bom relacionamento com órgãos da burocracia estatal, o que foi essencial para ampliando a captação de recursos da entidade, especialmente aqueles de origem pública.

A parceria com órgãos estatais de diferentes países é a principal estratégia para o financiamento da Viva Rio, permitindo uma internacionalização mais rápida do que se dependesse apenas de doações individuais. Isso acaba explicando a razão da Viva Rio jamais ter adotado uma postura crítica em relação às controvérsias do MINUSTAH.

Dessa forma, argumentamos que a atuação da Viva Rio está mais relacionada aos interesses de seus doadores do que pelos seus princípios de fato. O envolvimento da organização no MINUSTAH foi principalmente motivada para justificar a violência excessiva das Forças Armadas Brasileiras para com a população de Bel-Air. Esse tipo de atuação em nada soluciona os problemas estruturais de violência e criminalidade no Haiti, apenas colabora com a perpetuação do quadro de falência do Estado haitiano.

Seja por meio da militarização, seja por meio da ajuda humanitária, a reconstrução do Haiti envolve uma série de processos em diferentes frentes que fogem da responsabilidade do autor, do Exército Brasileiro ou da Viva Rio. Este processo poderia durar décadas, talvez mais de um século, para corrigir questões enraizados ao longo de mais de dois séculos na sociedade e na política haitiana. Nesse caso, o Modelo Brasileiro de Pacificação, apesar do discurso, não representou uma significativa mudança de estratégia no trabalho de pacificação do Haiti.

REFERÊNCIAS

ABLER, Conrado; FABIÉ, Antonio. **Los comienzos de la esclavitud em America**. In: Boletín de la Real Academia de la Historia. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 1986.

ACCIOLY, Arthur Albuquerque Lemos; LIMA JÚNIOR, Jayme Benvenuto (Orient.). **Da estabilização ao apoio à justiça: uma análise da MINUSTAH e da MINUJUSTH como referências dos marcos onusianos de peacekeeping e peacebuilding aplicados sobre a conjuntura histórica da República do Haiti**. 2019. 57 f. TCC(graduação em Direito) - Faculdade de Direito do Recife - CCJ - Universidade Federal de Pernambuco - UFPE - Recife, 2019

ALTEMANI, Henrique. **A Política Externa Brasileira**. São Paulo: Editora Saraiva, 2005.

ARAUJO, Diego; BORBA, Miguel. Viva Rio no Haiti e o ‘modelo brasileiro de pacificação’: securitização via harmonia?. **Pensamiento propio**, Buenos Aires, n. 51, p. 159-204, 2020. 11 set. 2020.

BANCO MUNDIAL. **Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial 1990: a pobreza**. Washington: Banco Mundial, 1990. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/188701468322757498/pdf/PUB85070SPANIS1o0A1994100101PUBLIC1.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2024.

BARROS, Pedro. **Paz, Questões Raciais e a Construção de Fronteira: outras perspectivas sobre a MINUSTAH**. Conjuntura Global, vol. 6 n. 2, mai./ago, 2017, p.267 – 288.

BERG, Louis-Alexandre. Crime, Politics and Violence in Post-Earthquake Haiti. **United States Institute of Peace**. 2010. Disponível em: <https://www.usip.org/sites/default/files/PB%2058%20-%20Crime%20Politics%20and%20Violence%20in%20Post-Earthquake%20Haiti.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2024.

BERGIER, Carolina. O Viva Rio inova há 20 anos, quando juntou intelectuais e lideranças comunitárias contra a violência no Rio. **Projeto Draft**. 18 de maio de 2015. Disponível em: <http://projetodraft.com/o-viva-rio-inova-ha-20-anos-quando-juntou-intelectuais-e-liderancas-comunitarias-contr-a-violencia-no-rio/>. Acesso em: 05 mar. 2024.

BEZERRA, Lívia. Cooperação Internacional e a disputa do desenvolvimento no Haiti. **Revista Nera**, v. 19, n° 34, 2016.

BRAUM, Pedro. **Rat pa kaka: Política, Desenvolvimento e Violência no Coração de Porto Príncipe**. Orientador: Federico Guillermo Neiburg. 2014. 462 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social). UFRJ, Museu Nacional - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social.

BUENO, Clodoaldo; CERVO, Amado. **História da Política a Exterior do Brasil**. Brasília: UNB, 2002.

CANELLAS, Marcelo. Chacina da Candelária. Rio de Janeiro: **Memória Globo**, 28 out. 2021. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/chacina-na-candelaria/noticia/chacina-na-candelaria.ghtml>. Acesso em: 05 mar. 2024.

CARDOSO JR., José Celso. **Brasil em Desenvolvimento 2010: Estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2010. 2 v., c. 18.

CEPAL; ONU. **Estudio Económico de América Latina 1980: Haiti**. Santiago: Consejo Económico e Social, 1981. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/169ba660-7766-410e-bee7-c4c0f295ed32/content>. Acesso em: 23 abr. 2024.

CEPALSTAT. **Bases de Datos y Publicaciones Estadísticas**. Santiago: Comición Económica para la América Latina y el Caribe- Estadística, 2024.

DALEMBERT, Louis-Philippe. Haïti, la dette originelle. Paris: **Libération**, 25 mar. 2010. Disponível em: https://www.liberation.fr/planete/2010/03/25/haitila-dette-originelle_617159/. Acesso em: 15 abr. 2024.

FANON, Frantz. **Peau Noire, Masques Blancs**. Paris: Editions du Seuil, 1952; *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Rio de Janeiro: Fator, 1983. _____. *Los Condenados de la Tierra*. México: Fondo de Cultura Económica (FCE), 2001

FERNANDES, Rubens *et al.* "Respeito e Honra ao Haiti". In: Hamann, Eduarda; Teixeira, Carlos (orgs.). **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões**. Edição especial – coletânea de artigos. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé/CCOPAB, 2017. c. 13.

FIORI, José. A virada à esquerda na América do Sul. **CNM/CUT**, 09 jan. 2006. Disponível em: <https://cnmcut.org.br/noticias/a-virada-a-esquerda-na-america-do-sul-f331>. Acesso em: 11 set. 2024.

FREITAS, Raquel. **A Declaração de Paris, Eficácia da Ajuda ao Desenvolvimento e o Princípio da Apropriação: experiência de aplicação**. Lisboa: CIEA7 #28: STATE, INSTITUTIONS AND MARKET REFORMS IN AFRICA, 2010.

GALEANO, Eduardo. **A história do Haiti é a história do racismo**. Boletim Diário do Portal EcoDebate, 2010. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/A-hist%C3%B3ria-do-Haiti-%C3%A9-a-hist%C3%B3ria-do-racismo.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2024.

GATES JR, Henry Louis. **Os Negros na América Latina**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GRUNAU, Andrea. Caridade Sob Suspeita. Berlim: **Deutsche Welle**, 07 nov. 2011. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/o-mercado-da-fome-beneficia-pa%C3%ADses-doadores/a-15516223>. Acesso em: 12 abr. 2024.

GÓIS, Diego. **A Viva Rio no Haiti: uma análise das ações sociais da ONG e da sua participação na MINUSTAH**. São Paulo: PUC SP, 2019.

GRUNAU, Andrea. Caridade Sob Suspeita. Berlim: **Deutsche Welle**, 07 nov. 2011. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/o-mercado-da-fome-beneficia-pa%C3%ADses-doadores/a-15516223>. Acesso em: 12 abr. 2024.

GUÉHENNO, Jean-Marie. **United Nations, Peacekeeping Operations: principles and guidelines**. United Nations: New York, 2008.

HAINES, Stephanie. Jean-Claude Duvalier, ex-haitian leader known as "Baby-Doc" dies at 63. Washington: **The Washington Post**, 04 out. 2014. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/world/the_americas/jean-claude-duvalier-ex-haitian-

leader-known-as-baby-doc-dies-at-63/2014/10/04/ecdaa2bc-4be3-11e4-b72e-d60a9229cc10_story.html. Acesso em: 05 ago. 2024.

HAITI (1806). **Constitution du 2 juin 1816**. Porto Príncipe: Digithèque MJP, 1816. Disponível em: <https://mjp.univ-perp.fr/constit/ht1816.htm>. Acesso em: 20 mar. 2024.

HAITI: gang law. Direção: Charles Comiti, Cyril Thomas, Daniel Grandclément e Stéphane Haumant. Porto Príncipe: **Best Documentary**. YouTube, 8 dez. 2023.

HAMANN, Eduarda. **A Participação da América Latina e do Caribe nas Missões de Paz da ONU**. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2018. Disponível em: <https://igarape.org.br/a-participacao-da-america-latina-e-do-caribe-nas-operacoes-de-paz-da-onu/>. Acesso em: 15 mar. 2024.

HAMANN et al. **Brasil e Haiti: reflexões sobre os 10 anos das missões de paz e o futuro da cooperação pós 2016**. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2015. Ed. Especial: coletânea de artigos. Disponível em: https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2015/04/AE-13_Brasil-e-Haiti.pdf. Acesso em: 15 mar. 2024.

KENKEL, Kai. **Interests, Identity and Brazilian Peacekeeping Policy**. 2011. Perspective of the world review, vol. 3, n.2, p. 9-36.

KOLBE, Athena; MUGGAH, Robert. **Haiti's Urban Crime Wave? Results from Monthly Household Surveys**. Instituto Igarapé, 2012. Disponível em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2015/05/Haitis-Urban-Crime-Wave.pdf>. Acesso em: 20 set. 2024.

KRISTOFF, Madeline; PANARELLI, Liz. **Haiti: a republic of NGOs?**. Washington: United States Institute of Peace, 2010. Disponível em: <https://www.usip.org/sites/default/files/resources/PB%2023%20Haiti%20a%20Republic%20of%20NGOs.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2021.

INAYATULLAH, Naeem; BLANEY, David. **International Relations and the Problem of the Difference**. Nova Iorque: Routledge, 2004,

INSIGHT CRIME. **G9 and Family**. Disponível em: <https://insightcrime.org/haiti-organized-crime-news/g9-family-profile/>. Acesso em: 02 abr. 2024.

LESSA, Marco. **A Participação dos Contingentes do Exército Brasileiro na Missão da Estabilização das Missões Unidas no Haiti (MINUSTAH)**. Dissertação de Mestrado. Orientador(a): Luiz Eduardo Motta. Rio de Janeiro: FGV, 2007. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/ab7922af-732f-4e65-a65a-1bfd384e2df7/content>. Acesso em: 10 jun. 2024.

LOUIS-JUSTE, Anil. Comprendre l'hégémonie de l'Internationale Communautaire en Haïti. Porto Príncipe: **AlterPresse**, 29 set. 2003. Disponível em: <https://www.alterpresse.org/spip.php?article749#.VRhPOcZVikq>. Acesso em: 12 abr. 2024.

MACEDO, Leticia. Haiti: Missão de 13 anos do Exército brasileiro deixou legado questionável. São Paulo: **UOL**, 11 jul. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2021/07/11/haiti-minustah-missao-de-paz-onu-exercito.htm>. Acesso em: 20 set. 2024.

MENDONÇA, Marcos. Brasil no Haiti: um caso de sucesso. In: Hamann, Eduarda; Teixeira, Carlos (orgs.). **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017):** percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões. Edição especial – coletânea de artigos. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé/CCOPAB, 2017.

MIRANDA, André. "A Pacificação de Bel-Air". In: Hamann, Eduarda; Teixeira, Carlos (orgs.). **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017):** percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões. Edição especial – coletânea de artigos. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé/CCOPAB, 2017.

MIYAMOTO, Shiguenoli. A política externa brasileira e as operações de paz. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, vol. 98, pp. 361-394, 2008.

MOESTUE, Hellen; MUGGAH, Robert. **Intégration sociale, ergo, stabilisation:** Viva Rio à Port-au-Prince. Rio de Janeiro: Imprinta Express, 2009.

MONTAÑO, Carlos. O lugar histórico e o papel político das ONGs. In: MONTAÑO, Carlos. (Org.). **O Canto da Sereia.** Crítica à Ideologia e aos Projetos do "Terceiro Setor". São Paulo: Cortez Editora, 2014, v. 1, p. 53-95.

MONTEIRO, Leandro. **O Conceito de Estado Fracassado nas Relações Internacionais:** origens, definições e implicações teóricas. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006. Disponível em: <https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/17450/1/Leandro%20Nogueira%20Monteiro.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2024.

NASCIMENTO, Eloisa Bonfim. **São Domingos, Raça e Colonialismo:** A independência do Haiti sob a luz da teoria decolonial. 2023. 19 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023.

NAPOLEÃO, Thomaz; KALIL, Mariana. Stabilization as the securitization of peacebuilding? The experience of Brazil and MINUSTAH in Haiti. *Brasiliana, Journal for Brazilian Studies*. vol. 3, n.2. mar, 2015.

NOVOS Horizontes no Haiti. **Viva Rio**. 04 de dezembro de 2017. Disponível em: <http://www.vivario.org.br/novos-horizontes-no-haiti/> Acesso em: 13 ago. 2024.

OCDE. **Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda ao Desenvolvimento.** Paris: Fórum de Alto Nível, 2005. Disponível em: <https://www.oecd.org/dac/effectiveness/38604403.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2024.

OCDE. **Monitoring the Principles for Good International Engagement in Fragile States and Situations.** Paris: OCDE Publishing, 2010. Disponível em: <https://www.oecd.org/countries/haiti/45600837.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2024.

OLIVEIRA, Renata de Almeida. Articulação Comunitária e Mediação de Conflitos: A experiência do Viva Rio como Estudo de Caso. **Relatórios Viva Rio**. 2015. p. 50-59. Disponível em: <http://www.vivario.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2017/07/Cadernos-Viva-Rio-1-2015.pdf> Acesso em: 05 mar. 2024.

ONU. **Princípios de Peacekeeping.** 2024. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/principles-of-peacekeeping>. Acesso em: 11 mar. 2024.

OPOSIÇÃO haitiana faz pressão pela renúncia de Aristide. Brasília: **BBC Brasil**, 12 jan. 2004. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2004/01/040112_haitiim. Acesso em: 11 mar. 2024.

PESCHANSKI, João. Economia. São Paulo: **Portal Contemporâneo da América Latina e Caribe**, 2014. Disponível em: <https://sites.usp.br/portalatinoamericano/espanol-haiti>. Acesso em: 23 abr. 2024.

PEIXOTO, Fabrícia. Afastado, representante da OEA critica ONGs e missão de paz no Haiti. São Paulo: **BBC Brasil**, 28 dez. 2010. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/12/101228_seitenfus_entrevista. Acesso em: 19 mar. 2024.

PUGH, Michael. The Political Economy of Peacebuilding: a Critical Perspective. **Journal of Peace Studies**, vol. 10, nº 2, p. 23-42. 2005. Disponível em: http://www.gmu.edu/programs/icar/ijps/vol10_2/wPugh10n2IJPS.pdf. Acesso em: 16 mar. 2019.

QUEM é Jimmy 'Barbecue' Chérizier, o poderoso líder das gangues do Haiti que recruta seguidores nas redes sociais. São Paulo: **BBC Brasil**, 5 mar. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c03rpyk30zjo>. Acesso em: 02 abr. 2024.

RAMALHO, Luiz; WALRAF, Rita; MÜLLER, Ulrich. **South-South Cooperation: cooperation of the future**. D+C, 2019. Disponível em: <https://www.dandc.eu/en/article/south-south-and-triangular-cooperation-are-important-achieving-sdgs>. Acesso em: 10 jun. 2024.

RANGEL, Sérgio. Brasil enfrenta Haiti no "Jogo da Paz". Porto Príncipe: **Folha de S. Paulo**, 18 ago. 2004. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/futebol/ultimas/2004/08/18/ult59u86726.jhtm>. Acesso em: 11 set. 2024.

REJEIÇÃO à guerra bate recorde, e popularidade de Bush cai para o menor nível. Washington: **G1**, 10 jul. 2007. Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,AA1583599-5602,00-REJEICAO+A+GUERRA+BATE+RECORDE+E+POPULARIDADE+DE+BUSH+CAI+PARA+MENOR+NIVEL.html>. Acesso em: 19 set. 2024.

RIOS, Federico. Demanding Reparations, and Ending Up in Exile. Nova Iorque: **New York Times**, 26 mai. 2022. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2022/05/20/world/americas/haiti-aristide-reparations-france.html>. Acesso em: 15 abr. 2024.

ROSA, Roberta. **A Construção da Desigualdade no Haiti: experiências históricas e situações atuais**. Universitas: Relações Internacionais, v. 14, n. 1, 2016.

SCHMITZ, Guilherme de Oliveira. **A Sociedade Civil Brasileira e a Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento: estudo de caso do Viva Rio no Haiti**. Boletim de Economia e Política Internacional, n. 16, 2014, p. 78-88. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3328/9/bepi_16_Sociedade.pdf. Acesso em: 24 abr. 2024.

SCHMITZ, Guilherme de Oliveira. **A Sociedade Civil Brasileira e a Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento: estudo de caso do Viva Rio no Haiti**. Orientador: Cristina Yumie Aoki. (Mestrado em Relações Internacionais). 2013. Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

SCHULLER, Mark. Gluing Globalization: NGOs as Intermediaries in Haiti. **Political and Legal Anthropology Review**, vol. 32. 2009. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/24497527?seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em: 27 mar. 2019.

SEITENFUS, Ricardo. **De Suez ao Haiti: a participação brasileira nas Operações de Paz**. In: Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG. (Org.). O Brasil e a ONU. Brasília. 2008, p. 39-58. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/477-brasil_e_a_onu.pdf. Acesso em 28 mar. 2019.

SEITENFUS, Ricardo. **Haiti: dilemas e fracasso internacionais**. Ijuí: Ed. Ijuí, 2014.

SIMAN GOMES, Maíra. **A “pacificação” como prática de “política externa” de (re) produção do self estatal: reescrevendo o engajamento do Brasil na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH)**. Orientadora: Monica Herz. 2014. 271 f. (Doutorado em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **An unthinkable history: the Haitian Revolution as a non-event**. In: Silencing the past: power and the production of History. Boston: Beacon Press, 1995, p.70-107.

UNEG. **Supporting Evaluations in Haiti**. 2010. Disponível em: <https://www.oecd.org/countries/haiti/46330332.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2024.

VALLER FILHO, Wladimir. **O Brasil e a Crise Haitiana: a cooperação técnica como instrumento de solidariedade e de ação diplomática**. Brasília: FUNAG. 2007. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/ipri/btd/index.php/11-aprovadas-cae/3300-o-brasil-e-a-crise-haitiana-a-cooperacao-tecnica-como-instrumento-de-solidariedade-e-de-acao-diplomatica> Acesso em: 16 abr. 2024.

VIGEVANI, Tulio; CEPALUNI, Gabriel. A Política Externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. Rio de Janeiro: **Contexto Internacional**, v. 29, n. 02, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/sWn5MtCXtMZdzdSm3CtzZmC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 set. 2024.

VIVA RIO. Viva Rio Haiti. Disponível em: https://vivario.org.br/viva_haiti/. Acesso em: 05 mar. 2024.

VIZIA, Bruno de; GARCIA, João. "Não é somente a solidariedade internacional que vai fazer avançar a reconstrução do Haiti". Brasília: **IPEA**, 15 jul. 2011. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/index.php?option=com_content&view=article&id=9334%3Aqnao-e-somente-a-solidariedade-internacional-que-vai-fazer-avancar-a-reconstrucao-do-haitiq&catid=86%3Adinte&directory=1&Itemid=1. Acesso em: 19 mar. 2024.

ZARUR, Camila. Chacina de Vigário Geral, 30 anos, expôs violência contra moradores de favelas. São Paulo: **Folha de S. Paulo**, 28 ago. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/08/chacina-de-vigario-geral-30-anos-expos-violencia-contramoradores-de-favelas.shtml>. Acesso em: 05 mar. 2024.

ZIEMATH, Gustavo. **O Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas (1945-2011)**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2016. Disponível em: https://funag.gov.br/biblioteca/download/1160-PARTICIPACAO_DO_BRASIL_NO_CSNU_final.pdf. Acesso em: 19 mar. 2024.